

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Economia**

José Artur Santos Da Silva

**BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: EXEMPLOS INTERNACIONAIS, O CASO
BRASILEIRO E UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO BNB NO ESTADO DA
PARAÍBA**

João Pessoa, 2018

José Artur Santos Da Silva

**BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: EXEMPLOS INTERNACIONAIS, O CASO
BRASILEIRO E UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO BNB NO ESTADO DA
PARAÍBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de ciências econômicas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do grau de bacharel em economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de M. B. Cavalcante Filho

João Pessoa, 2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586b Silva, Jose Artur Santos da.

Bancos de desenvolvimento: exemplos internacionais, o caso brasileiro e um estudo sobre a atuação do BNB no estado da Paraíba / Jose Artur Santos da Silva. - João Pessoa, 2018.
80 f. : il.

Orientação: Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. crédito público. 2. bancos de desenvolvimento. 3. desenvolvimento regional. I. Cavalcanti Filho, Paulo Fernando de Moura Bezerra. II. Título.

UFPB/CCSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

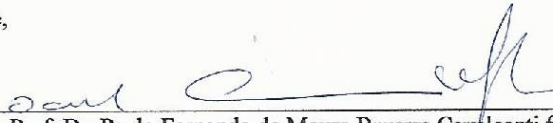
AValiação DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

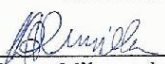
Comunicamos à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno **José Artur Santos Da Silva**, matrícula **11227678**, intitulada **Bancos de desenvolvimento: exemplos internacionais, o caso brasileiro e um estudo sobre a atuação do BNB no estado da Paraíba**, foi submetido à apreciação da Comissão Examinadora, composta pelos professores: Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho (orientador), Lucas Milanez de Lima Almeida (examinador) e Márcia Cristina Silva Paixão (examinadora) no dia 09/11/2018, às 19 horas, no período letivo 2018.1


O TCC foi APPROVADO pela Comissão Examinadora e obteve nota (10,0 DEZ).

Reformulações sugeridas: Sim () Não (X)

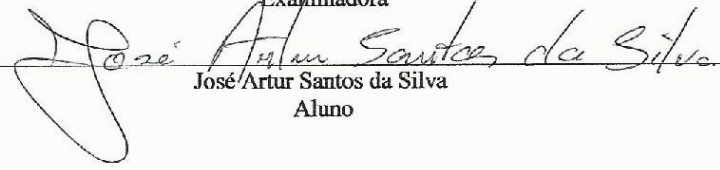
Atenciosamente,


Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti filho
Orientador


Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida
Examinador


Prof. Dr. Márcia Cristina Silva Paixão
Examinadora

Ciente:


José Artur Santos da Silva
Aluno

João Pessoa- PB
2018

RESUMO

Este trabalho mostra a importância de bancos de desenvolvimento como fornecedor de crédito suplementar ao investimento das economias, tanto de países desenvolvidos, como de países subdesenvolvidos. Sua base teórica terá como referência os trabalhos de Keynes, Schumpeter, Minsky e Celso Furtado, autores estes que consideraram essencial o papel do crédito nas decisões de investimento. Para respaldar a defesa dessas instituições, o trabalho faz um breve apanhado dos exemplos de bancos internacionais ao redor do mundo, mostrando inclusive que estas instituições existem abundantemente no mundo e que, ao contrário do que possa se pensar, existe e é atuante tanto em países em desenvolvimento quanto em países com o processo de desenvolvimento consolidado. Concentrando a análise ao caso brasileiro, faz uma análise do BNDES como principal banco de desenvolvimento do país e de alcance em todo território nacional e, por fim, inclina sua análise para a região Nordeste e no BNB como banco de desenvolvimento regional, analisando a atuação deste para o estado da Paraíba. Conclui que o BNB possui uma participação pequena na rede bancária do estado, mas que possui grande peso nos créditos de longo prazo, e que muitas vezes destina ao estado menos do que este representa para a economia da região, não combatendo as desigualdades intra-regionais.

Palavras-chave: crédito público. bancos de desenvolvimento. desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This paper shows the importance of development banks as a supplier of supplemental credit to the economies of both developed and underdeveloped countries. Its theoretical base will have as reference the works of Keynes, Schumpeter, Minsky and Celso Furtado, authors who considered essential the role of credit in investment decisions. To support the defense of these institutions, the paper briefly reviews the examples of international banks around the world, showing that these institutions exist abundantly in the world and that, contrary to what one might think, it exists and is active both in developing countries, countries with the consolidated development process. Focusing on the analysis of the Brazilian case, it analyzes the BNDES as the country's main development bank and reaches national territory, and finally tilts its analysis to the Northeast region and the BNB as a regional development bank, analyzing the performance of this for the state of Paraíba, concludes that the bank has a small stake in the state's banking network, but that it holds great weight in long-term loans, but that the bank often assigns to the state less than this represents to the economy of the region not by combating intra-regional inequalities.

Keywords: public credit. development banks. regional development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos desembolsos do BNDES em bilhões de reais correntes 2008-2017.....	44
Gráfico 2 – Evolução dos desembolsos do BNB em bilhões de reais correntes 2007-2017.....	52
Gráfico 3 – Evolução da Composição das fontes de recursos do BNB em bilhões de reais correntes e em percentual 2008-2017	53
Gráfico 4 – Evolução Percentual das operações de curto e longo prazo do BNB 2008-2017.....	54
Gráfico 5 – Participação do BNB na rede bancária da região Nordeste, junho de 2018.....	55
Gráfico 6 – Participação do BNB nos créditos totais de LP da região Nordeste, junho de 2018.....	55
Gráfico 7 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB por setores 2008-2015.....	56
Gráfico 8 – Evolução Percentual dos desembolsos para as MPE's 2008-2017.....	58
Gráfico 9 – Evolução percentual do crediamigo nas operações totais do BNB 2008-2017.....	59
Gráfico 10 – Evolução Percentual do peso do crediamigo nas operações totais de curto prazo do BNB 2008-2017.....	60
Gráfico 11 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB para o agroamigo 2008-2017.....	61
Gráfico 12 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB destinados ao PRONAF 2008-2017.....	62
Gráfico 13 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB para a Paraíba 2008-2017.....	67
Gráfico 14 – Composição das fontes de recursos na Paraíba 2008-2017.....	68
Gráfico 15 – Distribuição percentual dos desembolsos por segmentos na Paraíba 2008-2017.....	69
Gráfico 16 – Evolução percentual dos desembolsos do FNE na Paraíba 2008-2017.....	70
Gráfico 17 – Evolução percentual do crediamigo total destinado à Paraíba 2008-2017.....	71
Gráfico 18 – Evolução percentual do agroamigo total destinado à Paraíba 2008-2017.....	72
Gráfico 19 – Evolução percentual do PRONAF total destinado à Paraíba 2008-2017.....	73
Gráfico 20 – Evolução percentual dos desembolsos as MPE's paraibanas no total 2008-2017.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Peso do Nordeste no PIB nacional e da Paraíba no PIB nacional e do Nordeste, 1995-2015.....	66
--	----

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	13
1.2 METODOLOGIA.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 SCHUMPETER E A DESTRUIÇÃO CRIADORA.....	15
2.2 KEYNES E O PAPEL DO FINANCIAMENTO.....	17
2.3 MINSKY E A FRAGILIDADE FINANCEIRA.....	19
2.4 CELSO FURTADO E UMA POLÍTICA PARA O NORDESTE.....	21
2.5 LITERATURA RECENTE	22
2.6 DISCUSSÕES E CONCORDÂNCIA ENTRE OS AUTORES.....	26
3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO: TEORIA E PRÁTICA	27
3.1 A ALEMANHA E O GRUPO KFW.....	30
3.2 A ECONOMIA CHINESA E O PAPEL DO <i>CHINA DEVELOPMENT BANK</i>	35
3.3 O JAPÃO E O GRUPO JFC.....	37
3.4 SNF E O PAPEL DO BNDES.....	40
3.5 COMPARAÇÃO: EXEMPLOS INTERNACIONAIS E O BRASILEIRO.....	46
4 BANCO DO NORDESTE E FNE: HISTÓRICO.....	49
4.1 PRODUTOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO BNB.....	51
4.2 BANCO E FNE: EVOLUÇÃO EM NÚMEROS 2008-2017	51
4.2.1 DESEMBOLSOS TOTAIS.....	51
4.2.2 RECURSOS ORIUNDOS DO FNE.....	53
4.2.3 OPERAÇÕES DE LONGO PRAZO.....	54
4.2.4 DESEMBOLSOS POR SETOR.....	56
4.2.5 DESEMBOLSOS PARA AS MPE'S.....	57
4.2.6 MICROCRÉDITO URBANO: CREDIAMIGO.....	58
4.2.7 MICROCRÉDITO RURAL: AGROAMIGO.....	60
4.2.8 AGRICULTURA FAMILIAR: PRONAF.....	62
4.3 GOVERNANÇA, GESTÃO E DESEMPENHO DO BANCO.....	63

5 POSIÇÃO DA PARAÍBA NA ATUAÇÃO DO BNB.....	64
5.1 DESEMBOLSOS DO BNB DESTINADOS À PARAÍBA.....	67
5.2 DISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS RECURSOS DESTINADOS À PARAÍBA POR SEGMENTOS	68
5.3 RECURSOS DO FNE DESTINADOS À PARAÍBA.....	69
5.4 O CREDIAMIGO NA PARAÍBA.....	70
5.5 O AGROAMIGO NA PARAÍBA.....	71
5.6 INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA.....	72
5.7 DESEMBOLSOS ÀS MPE'S DA PARAÍBA.....	73
5.8 IMPORTÂNCIA DO BNB NA ECONOMIA PARAIBANA.....	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

Diversos autores ao tratar da importância do crédito para a promoção do investimento, apontaram nesse instrumento objetivos distintos para que este pudesse auxiliar no desenvolvimento econômico. Se para alguns autores o Estado deveria atuar como o próprio fornecedor do crédito, e portanto, credor dos investidores, para outros o Estado deveria atuar como indutor da oferta de crédito que deveria ser feita pelo setor financeiro privado, e há ainda quem considere que o Estado deveria ser apenas um regulador do setor financeiro.

Schumpeter, argumenta, que o crédito era condição *sine qua non* para que houvesse investimento em inovação, que era o que de fato levaria ao desenvolvimento de uma sociedade. O autor considerava que os bancos deveriam ofertar crédito aos inovadores para que estes pudessem realizar suas inovações, uma vez que na maioria das vezes eram agentes novos na economia e não possuíam poupança prévia, sendo portanto os verdadeiros necessitados do crédito, que deveria ser ofertado antes da produção.

Keynes, demonstra que, o investimento agregado precede logicamente a poupança e é nessa conjuntura que se torna imprescindível a figura do crédito. No entanto o autor vai mais além defendendo que em momentos de incerteza elevada os agentes financeiros privados, por receio dos acontecimentos futuros, acabam por restringir o crédito aos investidores, para reter moeda, e que essa postura retira do mercado, e portanto dos investidores, a figura do crédito tão necessário ao investimento. É justamente nesse sentido que surge o papel do Estado para induzir o mercado financeiro privado a ofertar crédito na quantidade e condições (taxas de juros) necessárias a atender a demanda por investimento. É preciso perceber que o Estado não existe para rivalizar com o setor privado, ao contrário existe para garantir a liquidez e criar condições ao mercado e para fornecer crédito necessário as propostas de investimento que surgirem na economia para que estas não fiquem refém das decisões das instituições privadas que muitas vezes adotam uma postura de racionamento de crédito, ou de juros elevados que atuam como inibidores do investimento privado.

Minsky, assim como os autores anteriormente citados, também acreditava na importância do mercado de crédito como promotor do crescimento e consequentemente do desenvolvimento econômico, mas para ele o papel do Estado ia além do de simplesmente fornecer o crédito que não era ofertado pelo setor privado. O autor considerava que o papel do Estado seria de regulador desse mercado, pois ao contrário do que acreditavam os neoclássicos, a economia é naturalmente instável e que é essa instabilidade que causa as constantes crises na economia, uma vez que qualquer desequilíbrio no setor financeiro levaria à uma crise generalizada na economia pelo poder de contágio desse setor. Se por um lado seria necessário uma regulação do Estado nas posturas agressivas que tenderiam a adotar os bancos em momentos de percepção de baixo risco, para evitar que os agentes privados assumissem posturas financeiras que poderiam levar toda a economia a uma crise, surgiria assim o papel do Estado para mitigar as posturas consideradas frágeis adotadas pelos bancos que poderiam levar toda a economia pelo efeito contágio a uma crise. De outro lado, existiria também o Estado para mitigar as posturas hedge que em demasia levam a um racionamento de crédito.

Por sua vez, Celso Furtado considera que o Estado deve agir para garantir a infraestrutura necessária para que um país ou região considerada subdesenvolvida, supere esta condição e alcance o seu grau de desenvolvimento. O autor considera que cada economia tem sua peculiaridade e que modelos ou padrões feitos para as economias desenvolvidas podem não funcionar para as economias subdesenvolvidas e que portanto, é preciso que se pense uma política própria para o desenvolvimento das regiões atrasadas. Seria portanto, o papel do Estado incentivar a infraestrutura e a indústria dos países subdesenvolvidos, seja com investimento direto através das estatais, ou de forma indireta, ofertando crédito para que o setor privado possa realizar os investimentos necessários.

Depois de feito este apanhado geral sobre as teorias, o trabalho passou a analisar os exemplos bem sucedidos de bancos de desenvolvimento (BD) pelo mundo e concluiu que, diferentemente do que possa se pensar, bancos de desenvolvimento existem não apenas em países em desenvolvimento e que possuem um sistema financeiro incipiente. Pelo contrário, observou-se exemplos de bancos de desenvolvimento em países como Alemanha e Japão, que como sabe-se, possuem sistemas financeiros bastante

desenvolvidos, por isso conclui-se que os BD's foram úteis para estes países na reconstrução pós-guerra e pós-crise, mas que continuam a desempenhar papel relevante nos dias atuais.

Chega-se portanto ao maior exemplo brasileiro de banco de desenvolvimento, que é o BNDES, observando o seu papel ao longo do tempo desde sua fundação, percebendo que no início desempenhou bem sua função para promover a industrialização do país e também a infraestrutura, passando sua preocupação ao longo do tempo à inovação e as micro, pequenas e médias empresas desembolsando para estes valores recordes, nunca antes observado na sua história.

Por último, e não menos importante o trabalho analisa a atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em especial na região Nordeste que é sua principal área de atuação, região esta, que, historicamente tornou-se atrasada dentre outros fatores, pelo processo desigual em que se desenrolou a industrialização do país, além de ser uma região carente de uma fonte própria de recursos para financiamento de suas necessidades, é justamente neste sentido que o banco tem confirmado a sua importância para a região e também para parte de Minas Gerais e do Espírito Santo onde também atua, sendo o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina.

O problema de pesquisa que se coloca é o seguinte: dado o acontecimento da crise financeira internacional iniciada em 2008, os bancos de desenvolvimento cumpriram seu papel como agente anticíclico, fornecendo crédito que se tornou mais restrito, financiando setores e prazos preteridos pelo mercado privado e como agentes de combate às desigualdades regionais?

1.1 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar a atuação dos bancos de desenvolvimento nas economias onde estão inseridos, no período pós-crise de 2008, para constatar sua atuação naquilo que é típico de um BD, que é fornecer crédito aos que enfrentam do problema de restrição de crédito, seja por serem setores ou prazos preteridos pelo mercado privado, e se em momentos de crise, agem como agente anticíclicos, fornecendo crédito necessário aos projetos de investimento, produzindo com sua atuação,

uma maior estabilidade no sistema financeiro que se traduzirá em uma maior estabilidade macroeconômica.

Já os objetivos específicos são:

- Mensurar o peso dos créditos concedidos pelos bancos de desenvolvimento no total de crédito da economia;
- Identificar quais setores historicamente são mais beneficiados pelos desembolsos das instituições; e
- Avaliar se as micro e pequenas empresas são beneficiadas em proporções significativas por estes bancos, já que aqueles possuem mais dificuldade de conseguir financiamento dos bancos privados por não possuírem grandes garantias;

1.2 Metodologia

Este trabalho é uma pesquisa de natureza exploratória, pois buscará sobre a existência de instituições de desenvolvimento ao redor do mundo, para constatar que, estas instituições não são uma exclusividade do Brasil e que o mundo utilizou e continua a utilizar destes mecanismos. Também terá esta pesquisa um caráter descritivo, descrevendo como funcionam no exterior e no Brasil, tentando sintetizar os pontos convergentes e divergentes dessas instituições.

Será utilizado por este trabalho, além de teorias que fundamentam e defendem a intervenção do Estado no mercado financeiro através do crédito, fontes primárias como os relatórios das instituições financeiras e indicadores macroeconômicos dos países e regiões onde estão inseridas, para constatar se estas instituições possuem importância na sua área de atuação, não avaliando apenas de forma quantitativa os valores e políticas adotadas por estas instituições mas também qualitativamente, para perceber se estas instituições promovem a diminuição das desigualdades regionais e a melhoria da qualidade de vida do seu povo.

Este trabalho foi dividido em quatro partes [por uma questão lógica e com intuito de facilitar a compreensão do leitor] em um primeiro momento é feito um apanhado geral

da teoria e dos autores que defendem a intervenção do Estado no mercado de crédito, depois chega-se aos exemplos internacionais bem sucedidos onde são feitas estas intervenções, num terceiro momento analisa-se o caso geral brasileiro com a atuação do BNDES e, por último, o caso específico do BNB que atua como banco de desenvolvimento regional para o Nordeste brasileiro.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 SCHUMPETER E A DESTRUIÇÃO CRIADORA

O economista Joseph Alois Schumpeter na sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1961) busca refutar muitos dos postulados da teoria econômica dominante, como por exemplo o de que a concorrência perfeita é a situação de mercado que gera os melhores resultados para as economias. O autor argumenta que em alguns momentos é a prática monopolista/oligopolista que gera melhores resultados, portanto não é simplesmente inviável a concorrência perfeita em certos momentos como é defensável o argumento que se proteja a formação ou manutenção de carteis em dadas ocasiões.

Outro ponto de divergência do autor com a teoria econômica ortodoxa é que os preços devem ser perfeitamente flexíveis para equilibrar oferta e demanda imediatamente, para ele a teoria ortodoxa desconsidera inovações excepcionais que mudam, e dão ao inovador a oportunidade de cobrar um preço mais elevado como forma de prêmio por assim dizer. O autor aponta que, na prática a concorrência perfeita sempre desapareceu no momento do progresso econômico, ou seja, quando surgem inovações.

O ponto crucial na análise econômica segundo o autor é tratar a economia como de fato ela é, ou seja, um processo evolutivo e dinâmico, isso quer dizer que está sempre em movimento e mudança, e não tratá-la de maneira estacionária ou em constante crescimento como faz a corrente dominante da economia. O autor vai mais além, afirmando que a

economia capitalista é por sua própria natureza instável e que o equilíbrio não é a regra, mas sim uma exceção. Para ele a lógica é inversa, onde o equilíbrio é um ponto raramente alcançado e que a evolução natural do sistema faz com que na maioria das vezes a economia esteja fora desse ponto.

Na primeira parte da sua obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico* Schumpeter (1982) apresenta a economia como um "fluxo circular" onde nesse fluxo a economia tende a permanecer estacionária, apenas replicando a tecnologia existente e no máximo por vezes ampliando a produção, não havendo uma inovação o que não representa para o autor um desenvolvimento econômico no seu sentido pleno, mas apenas um crescimento.

Para o autor, para que se configure como desenvolvimento são necessárias mudanças que ocorram internamente nas economias, ou seja, o autor não considera fatos ou acontecimentos históricos como característicos do processo de desenvolvimento pois segundo ele, fatos externos à estrutura econômica alteram os dados da economia e com isso forçam estas a se adaptarem. Na ideia do autor o processo de desenvolvimento é a mudança interna desarranjada do fluxo circular que perturba e desloca o equilíbrio da economia para sempre.

Essa mudança não surge do lado da demanda com alteração das preferências dos consumidores, mas sim do lado da oferta através da figura do empresário com o seu processo de destruição criadora. Segundo ele uma vez iniciado o processo de desenvolvimento este servirá como base para os seguintes.

A "destruição criadora" trará através da figura do empresário, um novo bem, que utilizará um novo método de produção, que por sua vez formará um novo mercado e assim sucessivamente. Mas o autor ressalta ainda que, muitas vezes este "novo" gera receio e desconfiança acerca do futuro nos proprietários ou dirigentes dos recursos produtivos necessários à realização do investimento.

Por esse motivo os empresários que na maioria das vezes são atores novos no mercado e portanto, não possuem poupança ou riqueza previamente acumulada, necessitam de poder de compra e devem ter sua necessidade de crédito atendida pelos agentes a quem o autor chamou de capitalistas. A função destes ditos capitalistas, na economia

Schumpeteriana é de conceder recursos àqueles para que com isso possam realizar suas inovações, portanto há uma inversão da lógica da poupança como pré-requisito do investimento.

Para Schumpeter, o empresário primeiro será devedor do banco para depois de realizado seu investimento tornar-se credor, e caberia aos bancos por sua vez conceder crédito seja como agentes intermediadores - entre agentes superavitários e deficitários - seja pela sua capacidade de criar dinheiro como produtor da mercadoria "poder de compra". O autor vai além afirmando que todo crédito deve ser fornecido para o empresário realizar suas inovações, jamais para o consumo ou ainda para salvar um negócio que foi abalado por contratempos. O crédito é, portanto, para Schumpeter elemento impulsor oferecido exclusivamente para o processo de desenvolvimento econômico e uma vez realizado o empreendimento o empresário paga o crédito e auferir seu lucro, desaparecendo portando de circulação o crédito o que não gera problemas inflacionários.

2.2 KEYNES E O PAPEL DO FINANCIAMENTO

John Maynard Keynes (1973) teorizou uma inversão da causalidade - poupança/investimento. Para ele a poupança aconteceria depois do processo de investimento e não seria um pré-requisito para que este pudesse acontecer, isso se deve em parte à ideia de que as decisões de poupar e investir, em regra, residem em agentes diferentes e que é preciso traçar uma linha que separe o consumidor do empresário.

A poupança portanto, não seria uma condição *Sine qua non* para ocorrer o investimento, pois por definição estas duas grandezas tem que ser iguais, isso se deve ao fato de os bancos possuírem capacidade de criar "dinheiro" e isto não afeta a igualdade entre poupança e investimento. Segundo o autor, esses dois montantes se analisados na coletividade da economia representam uma identidade.

Os recursos iniciais para o investimento não originam-se da poupança prévia, mas da capacidade que possuem os bancos de criar poder de compra, e com isso possibilitar o investimento. Keynes em sua *Teoria Geral* (1985) retira da poupança o papel de

protagonista no crescimento do investimento e da economia como um todo. Para ele, são os bancos e não os poupadores que determinam o nível de oferta de crédito e iniciam o processo de investimento e crescimento. Mais do que isso, afirma ele que é a preferência pela liquidez dos bancos e dos aplicadores em títulos que determina o volume e os prazos do financiamento e não a preferência intertemporal dos consumidores.

Um problema entretanto surgiu na economia, que é a questão dos prazos diferentes entre a realização completa do investimento e o vencimento do financiamento concedido. Foi na pessoa de Keynes que essa discussão sobre os problemas de liquidez dos bancos se aprofundou. Para Keynes os bancos podem momentaneamente ficar ilíquidos concedendo crédito necessário às fases iniciais do investimento.

Este papel dos bancos o autor chamou de "finance", no entanto a capacidade de "criar dinheiro" dos bancos possuem além dos limites encaixe-depósito, e dos impostos pela autoridade monetária, um limite das preferências pela liquidez dos bancos, que ao ofertarem crédito de maneira constante podem acabar por atrair "maus-investidores" e por isso podem optar por restringir o crédito, passando a ter preferência por ativos mais líquidos.

Como sabe-se, grande parte dos empreendimentos possuem longo prazo de maturação quando, enfim, se tornam rentáveis. Por esse motivo é necessário encontrar fontes de recursos de longo prazo, dispostas a financiar os empreendimentos até o momento em que estes possam pagar os financiamentos.

Esta função cabe as famílias que ao adquirirem esses títulos de longo prazo sinalizam que estão dispostas a emprestar dinheiro aos empreendedores para que estes paguem suas dívidas de curto prazo "finance".

A este papel das famílias de aceitarem tornar-se ilíquidas por longo período o autor chamou de "funding" e constitui portanto, um papel fundamental para completar o circuito do financiamento. Por isso na economia pela lógica Keynesiana para o crescimento é necessário, além dos bancos, o mercado de capitais, pois este tem fundamental importância promovendo o encontro entre ativos de liquidez de curto prazo com ativos de longo prazo, sanando com isso o problema de descasamento de vencimentos. Enfim, para que o processo

de investimento ocorra de maneira ideal é necessário que existam famílias dispostas a financiar através de produtos financeiros os longos prazos de maturação dos investimentos. No entanto, para que este papel de "funding" das famílias funcione da maneira idealizada é necessário um arcabouço jurídico e regulatório que atenua a possibilidade de fraudes.

2.3 MINSKY E A FRAGILIDADE FINANCEIRA

Assim como Schumpeter e Keynes, Minsky (2008) considera a necessidade e a importância do sistema financeiro como indutor do crescimento econômico. Porém, esse papel deve ser constantemente controlado para que o entusiasmo dos banqueiros não leve a economia para uma situação de excessiva fragilidade financeira, pois o autor considera que se os bancos forem deixados "soltos" para fazer suas vontades estes serão negligentes, gerando desequilíbrios que como sabe-se podem se alastrar mais rapidamente para toda economia através do mercado financeiro. Pois para ele, os bancos acreditam sempre que, em caso de perturbação da ordem, os bancos centrais e outras agências governamentais intervirão para evitar uma grande catástrofe na economia.

Essa crença foi validada pela crise do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 e a ajuda que tiveram naquela época os grandes bancos. A defesa que se faz na intervenção do Estado como regulador da atividade financeira se deve principalmente ao fato de esta atividade ter um poder maior de contágio para outros ramos da economia como foi observado na prática após a crise de 1929.

No entanto, Minsky afirma que passado algum tempo da recessão, a aparente calma durante um longo período de tempo nos mercados leva os bancos ao esquecimento dos períodos conturbados. Isso somado a falsa crença da inexistência de falhas, faz com os banqueiros novamente adotem posturas, baseadas nesse otimismo, e tornam-se mais ilíquidos sempre em busca do aumento do lucro. Isso, pela lógica de Minsky, levará a economia novamente para a crise. Em suma, para o autor a economia capitalista é naturalmente instável pelo comportamento das finanças capitalistas e que, portanto, os ciclos são naturais em uma economia que investe.

No detalhamento dos aspectos da economia e das causas da sua instabilidade o autor apresenta três tipos de fluxo de caixa: os oriundos das rendas; os regidos pelas obrigações; e os relacionados à carteira de títulos. Portanto a instabilidade da economia está relacionada a proporção como se alocam esses vários tipos de fluxos de caixa. Desses três tipos de fluxo, o de renda é o que serve de base para os fluxos regidos pelas obrigações e os relacionados à carteira de títulos.

É a partir desse momento que Minsky inaugura outro conceito, que é o das posturas financeiras das empresas. Para ele as empresas podem adotar três tipos de posturas financeiras: a postura "hedge" que são as situações onde em todos os momentos os fluxos de caixa esperados são maiores que as obrigações previstas; existem também as posturas "especulativas" onde em dados momentos o fluxo de caixa é incapaz de cobrir as despesas e portanto as empresas precisam recorrer ao mercado de títulos, fazendo um arranjo entre ativos de longo prazo por ativos de curto prazo, vendendo ativos de sua carteira ou rolando as dívidas afim de suprir as necessidades de dinheiro no curto prazo; e por último e não menos importante existe na economia o que o autor chamou de posturas "ponzi". Estas de forma semelhante às especulativas precisam recorrer ao mercado de títulos para suprir as necessidades de liquidez mais diferentemente das especulativas as empresas que adotam posturas ponzi geralmente aumentam suas dívidas para pagar dívidas preexistentes pois acreditam que em dado momento as receitas recebidas serão suficientes para honrar os compromissos.

Uma economia onde a maioria das instituições adota a postura hedge é praticamente imune à crises financeiras de modo que o que pode lhes afetar diretamente são apenas mudanças nos custos ou nas receitas esperadas, já quando a proporção de instituições especulativas e ponzi é muito grande, essa economia é potencialmente frágil e portanto estará sujeita à mudanças na taxa de juros por exemplo ou alteração no mercado de crédito.

Mas o que leva as instituições a adotarem posturas especulativas ou ponzi, já que estas estão mais vulneráveis a crises? a resposta é de fácil entendimento. As expectativas de uma maior lucratividade geram tendência crescente dos investimentos, os quais precisam de financiamento e como sabe-se financiamento na economia é troca de dinheiro hoje por

expectativa de dinheiro amanhã. Portanto, o entusiasmo na economia leva os agentes a financiarem dívidas a longo prazo sem preocupação com o risco a elas associado. Com a constante inovação que desenvolve o mercado financeiro fica cada vez mais difícil para a autoridade monetária controlar a forma de criação de dinheiro pelos bancos, pois como sabe-se, o controle das autoridades monetárias atua na maioria das vezes apenas no volume das reservas - aumentando ou diminuindo o percentual – e que esse controle se mostra ineficaz no freio aos bancos, portanto o autor defende que se crie barreiras mais eficazes como controle à alavancagem ou ao patrimônio dos bancos atrelados ao crescimento da economia para que não haja uma discrepância entre a economia real e o mercado financeiro, pois nem sempre o interesse próprio nos levará a situação de equilíbrio como acreditam os clássicos, as vezes o interesse dos bancos leva-nos a uma situação de crise

2.4 CELSO FURTADO E UMA POLÍTICA PARA O NORDESTE

Segundo Furtado (1981) o principal problema das conclusões a que chegam os economistas e a escolha dos "remédios" a serem adotados reside na falha de querer replicar em economias com baixos níveis de renda, produtividade e desenvolvimento o mesmo receituário adotado pelos países desenvolvidos. Portanto, para ele não é possível um tratamento semelhante, a quem por construção histórica tornou-se desigual. A maneira para entender a economia é analisando sua história e sua estrutura, por esse motivo sua análise é conhecida como histórica-estruturalista. Para o autor uma economia estagnada tende a permanecer nessa situação até que uma força exógena venha promover o impulso inicial para que depois ela continue sozinha este processo. O principal papel dos economistas é perceber a desigualdade na economia brasileira com o processo histórico de formação da indústria e sua concentração no Centro-sul.

Coube ao Nordeste apenas um papel secundário, levando com isso a um empobrecimento maior da sua população, portanto seria preciso uma política própria de desenvolvimento para o Nordeste. Onde cabe a população como um todo uma tomada de consciência e mais que isso que onde o Nordeste assuma a dianteira dessa luta afim de tirar a região dessa prostração a que se encontra. Esta ação do Estado seria possível através de três arcabouços: uma transferência maciça de recursos para a região, mudanças estruturais

na massa trabalhadora e por último um aumento da participação do Nordeste na indústria nacional.

O autor enfatiza na sua obra que o Nordeste e sua autonomia industrial foi perdida no processo de industrialização brasileira passando de centro dinâmico para simples fornecedor de insumos para o polo industrial do centro-sul, cabendo-lhe portanto um papel de subsidiária da economia central. Sendo impossibilitada de produzir bens industrializados, sua demanda passou a se adaptar àquilo que era ofertado pela indústria do centro-sul.

Por fim, Furtado considerava que seria preciso devolver ao Nordeste o papel de agente dinâmico da economia e não apenas papel de segundo plano e que se veja o agricultor/produtor como agente ativo da economia e não como mera força de trabalho. Além disso se faz necessária a descentralização industrial promovendo as pequenas e médias empresas nordestinas o papel que lhe foi tomado nas últimas décadas. Enfim, conclui o autor que as desigualdades regionais surgiram de um processo de industrialização mal planejado e que cabe ao Estado o papel central como agente coordenador e planejador dos investimentos de longo-prazo.

Para isso, cabe ao Estado, pela visão de Furtado, promover o incentivo a indústria e a infraestrutura da região Nordeste, fazendo isso de forma direta ou de forma indireta como fornecedor de crédito para que os investimentos nesses setores possam acontecer.

2.5 LITERATURA RECENTE

Diversos autores recentemente também mostraram-se preocupados com a temática do desenvolvimento econômico da região Nordeste. Monteiro Neto (2017) afirma existir no Brasil um padrão da intervenção governamental como redistribuidor de recursos, ora por regras estruturais, - definidas por preceitos constitucionais - ora por regras conjunturais em que há uma discricionariedade de escolhas pela administração pública.

O autor faz uma breve retrospectiva dos anos de 2000 à 2015 evidenciando que após 2003 o governo adotou uma política essencialmente de incentivo à demanda agregada com aumento dos gastos públicos e que só após 2006 que os gastos relacionados ao investimento e a oferta agregada passaram a ser mais significativos e se tornaram ainda mais vigorosos com o surgimento do PAC em 2007. Segundo o autor, o governo não só ampliou os gastos relacionados ao investimento como se preocupou com as desigualdades regionais levando à recriação da SUDENE, e que isso levou as taxas de crescimento da economia nordestina e brasileira duplicassem no período de 2003 a 2013 em relação aos patamares observados de 1995 a 2002.

O autor considerou ainda existirem duas formas de atuação do governo na economia: uma como agente redistribuidor de recursos de tributos com o intuito de ampliar a capacidade de gastos de regiões menos desenvolvidas como o Nordeste; e a outra forma de atuação como agente ativador da economia ampliando crédito para consumo e/ou investimentos privados. Monteiro Neto (2017) demonstra que inicialmente a função transferidora teve trajetória ascendente, mas que após 2013 houve uma reversão desse papel transferidor.

Quase no fim de sua contribuição, o autor evidencia que o governo utilizou das suas ferramentas - o BNDES e o FNE administrado pelo BNB - para incentivar o crédito ao investimento produtivo na região Nordeste e também como agente transferidor de recursos buscando promover uma elevação no padrão mínimo de consumo das populações de regiões mais pobres do país.

Com isso, gera um otimismo nas expectativas futuras dos empresários, incentivando portanto, de forma indireta o investimento. Por último, o autor mostra que os governos estaduais possuem pouca capacidade de induzir os investimentos na região e que é preciso que se tenha cuidado para que os recursos destinados à promoção do desenvolvimento regional não acabem por migrar para outras regiões pelo efeito do vazamento de renda, anulando com isso os efeitos das políticas de desenvolvimento regional.

Cavalcanti Filho (2017) também demonstra preocupação com o possível futuro do nordeste se as medidas corretas não forem adotadas. Para ele, a região deve adotar um sistema próprio de inovação para superação do subdesenvolvimento nordestino. O autor faz um breve retrospecto da economia brasileira chegando ao ponto que levou a economia nordestina ao estado de subdesenvolvimento e submissão em relação a economia do sudeste. Ele, partindo da análise de Guimarães Neto (1989), apresenta quatro fases do período recente dos acontecimentos da economia nacional: inicialmente, há o processo de integração comercial no qual a indústria acabou por se instalar na região sudeste; num segundo momento a integração produtiva, que tornou a economia nordestina em mero fornecedor de bens intermediários à indústria dominante; em terceiro, é apresentado o processo de integração financeira após os anos de 1990 que restringiu financeiramente as economias nordestinas, ora pelo modo asfixiante de refinanciamento das dívidas, ora pela privatização dos bancos estaduais levando o nordeste a uma quase total dependência financeira das instituições externas à região; por último, e não menos importante, se desenrolou na economia brasileira o processo de integração tecnológica motivado na sua maior parte pela abertura comercial, que acirrou a concorrência, levando a falência de muitas empresas nacionais e em especial as empresas nordestinas que historicamente eram mais improdutivas e frágeis financeiramente.

Dado este panorama geral da economia, o autor nos mostra que é preciso que a região e seus agentes tomem as rédeas das decisões de investimento, entretanto para que a atuação seja feita de forma correta é preciso ser feito um mapeamento das prioridades a serem alcançadas e isto se faz com a maciça participação de atores-chave e lideranças da região.

Enfim, conclui o autor que um Sistema Regional de Inovação (SRI) deve ter autonomia na busca pelos seus objetivos, e também no controle e gestão dos recursos financeiros necessários à expansão do investimento. Portanto, não se deve submeter os SRI aos interesses das grandes empresas e aos objetivos de um Sistema Nacional de Inovação (SNI), mas um SRI eficaz deve ser constituído de arranjos produtivos locais que devem partilhar da mesma rede articulada de instituições promotoras e atores cultural e historicamente enraizados no território, além do controle das fontes de financiamento.

Portanto a elaboração de um SRI é condição *sine qua nom* para se superar o atraso da região Nordeste.

Por último, Martini (2014) faz uma análise bibliográfica acerca do papel e atuação dos bancos de desenvolvimento como fornecedores do crédito para financiamento do investimento sobre uma perspectiva pós-Keynesiana. Para tal ele faz um breve apanhado das teorias Keynesiana e Minskyana e defende a atuação dos bancos públicos baseando sua ideia em dois alicerces: primeiro, dada a postura de preferência pela liquidez que assumem os bancos privados em momentos de incertezas preferindo racionar o crédito, pois não conseguem identificar os bons dos maus pagadores, e que esse racionamento impede que o crescimento e portanto o desenvolvimento ocorram. Essa postura dos mercados privados acaba assumindo caráter pró-cíclico, expandindo o crédito quando as expectativas de lucro são favoráveis e restringindo o crédito nos momentos de declínio da atividade econômica, intensificando ainda mais o efeito da crise. É justamente nesse sentido que surgiria o papel do banco de desenvolvimento com seu caráter anticíclico, ampliando o crédito mesmo nos piores momentos da economia. O segundo ponto que o autor traz para defender uma atuação do Estado é para impedir ou ao menos reduzir a incerteza e instabilidade dos mercados privados. Pela teoria de Minsky estes tendem, em momentos de euforia econômica, adotarem posturas cada vez mais agressivas e consequentemente mais arriscadas, sempre em busca do maior lucro. Por isso conclui Martini que em países cujo sistema financeiro é pequeno e incapaz de suprir todo crédito demandado, o investimento estaria muito aquém do que se verifica atualmente, se não fossem os bancos de desenvolvimento. Além disso, essas instituições públicas servem como âncora para o mercado, pois se sabe que teoricamente um banco público não age sempre para maximizar lucro e que portanto não se sujeitam aos riscos a que se sujeitam as instituições privadas em busca de maior lucratividade. Enfim, a atuação do Estado no mercado financeiro não configura apenas proteção para esse setor, mas uma proteção a toda economia já que o efeito contagioso de uma crise financeira é bem maior do que em outros mercados, configurando esse setor como sendo um setor estratégico para a economia e, portanto, sendo de responsabilidade do Estado.

2.6 DISCUSSÕES E CONCORDÂNCIA ENTRE OS AUTORES

Um ponto é certo e ratificado pelos autores aqui citados: o crédito é o instrumento fundamental para um processo de crescimento e portanto de desenvolvimento econômico. Desde Schumpeter até Furtado todos concordam que por vezes a impossibilidade de financiamento como pré-requisito para o investimento seria um empecilho para o aumento da produção e com isso o crescimento econômico e que, nesse cenário, seria dos bancos através do crédito o papel de ator imprescindível como instrumento promotor e impulsor do investimento.

Divergências, no entanto, quanto a forma de atuação dos bancos e do crédito existem entre as teorias por este trabalho apresentadas. Assim, para Schumpeter o crédito deve existir para permitir a realização de inovações pelos empresários o que levaria à economia ao desenvolvimento, e que portanto apenas estes devem ser beneficiados pelo crédito, jamais deve haver crédito para salvar negócios antigos atingidos por eventualidades ou ainda crédito para o consumo.

Para Keynes o crédito deve existir para suprir quaisquer que sejam as demandas por ele, não se importando, diferentemente de Schumpeter quanto à inovação dos projetos ou a classe econômica por ele beneficiada. Para Keynes o crédito existe para promover o crescimento da produção que posteriormente levará ao crescimento da renda e pelo efeito multiplicador levará toda a economia a um crescimento.

Minsky por sua vez, assim como Schumpeter e Keynes se preocupou com o crédito, indo mais além ao mostrar preocupação com a instabilidade natural do sistema capitalista ocasionada pelas posturas financeiras arriscadas adotadas pelos bancos o que levaria à economia a uma inevitável crise. Portanto para ele o papel do Estado seria como agente regulador e limitador das práticas bancárias que podem gerar crises na economia.

Por último, Furtado defende que o investimento deve existir sempre com a ajuda do Estado seja de forma direta através da criação de empresas estatais ou ainda de forma indireta no papel de fornecedor de crédito necessário para que se desenvolvam nos países subdesenvolvidos - e portanto dependentes das economias dominantes - os setores

minimamente essenciais à sua independência e a infraestrutura mínima necessária para que o país subdesenvolvido tenha a partir desse momento seu processo de crescimento e desenvolvimento independente e autônomo.

3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO: TEORIA E PRÁTICA

A questão sobre a necessidade ou não de bancos de desenvolvimento nas economias, desperta muita divergência. Ao se falar sobre intervenção do Estado no mercado financeiro três abordagens podem ser consideradas. A primeira baseia-se no modelo de repressão financeira e tem uma filiação neoclássica e conforme apontado por Shaw e McKinnon (1973, apud Hermann, 2011) consideram que qualquer intervenção acaba por reprimir e não estimular, o desenvolvimento financeiro.

Estes autores do *mainstream* da economia, baseando-se na teoria dos fundos emprestáveis, consideram desnecessária a intervenção do Estado no mercado de crédito, pois essa intervenção tende a distorcer a taxa de juros de equilíbrio, afetando portanto a oferta e a demanda por crédito da economia; já a segunda e terceira visões, não condenam, ao contrário, defendem a existência dessas instituições financeiras públicas.

Estas visões possuem viés Keynesiano e podem ser divididas em duas correntes teóricas: os novo-Keynesianos que baseiam-se nos trabalhos de Stiglitz que inaugura a Hipótese das falhas de mercado em oposição à hipótese dos mercados eficientes; e os pós-Keynesianos que vão mais além afirmando que a causa dos mercados não operarem de forma eficiente é pela incerteza que diferentemente dos riscos, não pode ser calculada, baseiam sua análise, conforme aponta Além, Madeira e Martini (2015) na restrição de crédito e no comportamento de racionamento de crédito que adotam as instituições financeiras privadas em dados momentos. Os novo-Keynesianos consideram que o Estado atua no mercado para corrigir falhas de mercado causadas por assimetria de informações,

ou seja os tomadores de recursos tem mais informações sobre a viabilidade, ou não, dos seus projetos em relação aos bancos e que portanto se os bancos elevam as taxas de juros acabam por atrair investidores com projetos mais arriscados e por esse motivo decidem restringir o crédito. Já a escola pós-Keynesiana associa o racionamento não ao risco, mas a incerteza que diferentemente do risco não pode ser calculada, e que para realizar os investimentos, os investidores se baseiam em expectativas futuras que podem ou não acontecer, já que o futuro é incerto e portanto diante dessa forte incerteza tanto os bancos quanto os investidores podem preferir reter moeda que como sabe-se ainda possui mais liquidez e portanto menos risco de perdas do que bens de investimento.

Nesse cenário a defesa que se faz sobre a atuação dos bancos públicos, seria justamente como agente fornecedor de crédito a setores estratégicos e que possuem maior risco e que, portanto tendem a ser preteridos pelo mercado privado.

É nessa conjuntura que surgiram os bancos de desenvolvimento para incentivar investimentos em que o retorno social prevaleça sobre o financeiro, e mais do que isso, os bancos públicos existem para atuar como agentes anticíclicos já que as instituições privadas tem caráter pró-cíclico aprofundando ainda mais a crise nos momentos em que elas surgem. Portanto as instituições públicas tem seu papel fazendo aquilo que o setor privado não faz, expandindo crédito no momento em que as instituições privadas restringem, contribuindo portanto para atenuar os efeitos recessivos da crise.

Outro ponto para defender a existência de BD's é a necessidade que os países subdesenvolvidos precisam ter, de autonomia financeira necessária para implantar suas políticas de desenvolvimento, que como é sabido muitas vezes não representa o interesse dos grandes bancos privados que são comandados por capital estrangeiro e interesses diversos que não a superação do desenvolvimento por parte desses países.

Historicamente, a criação dos bancos de desenvolvimento em cenário mundial para *Além, Ferraz e Madeira (2013)* se deu após os anos de 1940, hora para reconstruir países destruídos pela segunda guerra mundial, hora para financiar pequenas e médias empresas industriais. Além disso os bancos de desenvolvimento podem propiciar às economias subdesenvolvidas a superação desta condição através de fornecimento de crédito

necessário para implementação de setores estratégicos que vão desde a infraestrutura básica até o processo de industrialização autônomo para estas economias.

O passado nos mostra que estas instituições vão mais além, desempenhando papel de recuperação econômica necessária para os países fortemente afetados pelos efeitos de crises econômicas como a de 1929. Portanto países que não apresentam bancos públicos de desenvolvimento, dificilmente teriam alcançado níveis de produção e desenvolvimento observados na presença dos bancos públicos de desenvolvimento, além de que estes possuem papel anticíclico mitigando os efeitos contagiosos de crises econômico financeiras.

Este trabalho trará os argumentos favoráveis não apenas à criação de bancos públicos para economias em desenvolvimento, como também a manutenção destas instituições públicas em sistemas financeiros maduros conforme apontado por Hermann (2011). Como se observará ao longo do trabalho, estas instituições são sempre necessárias mesmo em países com elevado nível de desenvolvimento econômico como é o caso da Alemanha, mudando suas missões e objetivos ao longo do tempo e ratificando com isso sua importância.

Em suma, este trabalho tentará mostrar que a existência de instituições públicas se faz, não para rivalizar com as instituições privadas, e portanto com o mercado, mas como força complementar ao crédito privado que como sabe-se muitas vezes torna-se restrito, para isso trará o contexto histórico em que se deu a criação dessas instituições de fomento, e mostrará exemplos internacionais onde esta experiência foi bem sucedida e continua nos dias atuais a desempenhar papel fundamental tanto em economias subdesenvolvidas como em economias com elevado nível de desenvolvimento econômico e social.

É fato amplamente sabido que os bancos de desenvolvimento não são uma exclusividade do Brasil ou de países subdesenvolvidos, onde o mercado financeiro e de capitais é ainda incipiente. Uma pesquisa realizada pelo *Business Development Bank of Canada* em 2009, identificou a existência de 373 instituições de desenvolvimento, sejam elas públicas ou privadas, em 92 países. Já uma outra pesquisa do Banco Mundial de 2012 apontou existirem em todo mundo 90 instituições em 61 países.

Um fato é correto afirmar, não só países em desenvolvimento possuem estas instituições como mecanismos de promoção do desenvolvimento. Como ficará claro ao longo deste trabalho, países considerados desenvolvidos como Alemanha, França e Coreia do Sul dispõem destas instituições, assim como países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil e da China, mostrando com isso que estas instituições existem nos mais variados países nas mais diferentes formas de desenvolvimento.

3.1 A ALEMANHA E O GRUPO KFW

Apesar de ser considerado um país altamente desenvolvido, a Alemanha possui uma forte rede de bancos públicos de desenvolvimento, alguns em âmbito regional e outros de alcance nacional. Conforme definido por Além, Madeira e Martini (2015) o sistema nacional de fomento (SNF) é o conjunto de instituições financeiras na sua maioria de controle do Estado, voltadas à realização das políticas de desenvolvimento econômico.

Na Alemanha, segundo Além, Madeira e Martini (2015) o SNF é constituído de duas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) nacionais e dezessete outras regionais, sendo a principal instituição o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (instituto de crédito para reconstrução, tradução livre) ou KFW, que será mais detalhado por este trabalho nesta seção. Esta instituição financeira de desenvolvimento surgiu em 1948, com parte dos recursos oriundos do Plano Marshall que visava financiar a reconstrução dos países destruídos pela segunda guerra mundial.

Por ser considerada instituição de desenvolvimento oficial, é controlada em 80% pela República Federal da Alemanha e 20% pelos estados federais alemães. Atua em nome do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), e em nome do Estado alemão detém ações em várias empresas, incluindo Deutsche Post, Deutsche Telekom e Commerzbank, conforme informações que podem ser extraídas do sítio oficial da instituição na internet.

Atua em diversos setores e atende diversos clientes, com uma gama variada de financiamento, financiando desde as pequenas e médias empresas (PME's) alemãs,

infraestrutura municipal até o financiamento da educação e formação, concedendo empréstimos e bolsas estudantis, e apesar de não financiar a agricultura, outra IFD nacional o faz, o Rentenbank.

Por ser considerada instituição necessária ao desenvolvimento possui certos privilégios em relação ao setor privado, não estando sujeita, por exemplo, às regras do Acordo de Basileia, além de não possuir a obrigatoriedade de pagamentos de dividendos ao Estado, o que lhe permite maior volume de recursos para emprestar. Quanto a tributação, por possuir status de órgão público e patrimônio não remunerado, possui isenção de impostos, não estando sujeito ao recolhimento de impostos corporativos ou de renda, além de Possuir um conselho com membros independentes e é regulado por ministérios responsáveis. Segundo a Lei do KfW, o Conselho de Administração monitora e assessora a Diretoria Executiva na gestão do KfW. De acordo com a lei, o conselho consiste de 37 representantes da política, indústria e associações. Sete ministros federais são membros e a presidência é exercida pelo Ministro Federal das Finanças e pelo Ministro Federal da Economia que se alternam anualmente entre eles.

Como banco de desenvolvimento possui uma política de taxas de juros diferenciadas para determinados segmentos. Graças a sua boa gestão dos recursos e sustentabilidade financeira, o grupo KfW ainda utiliza recursos do plano Marshall. Segundo um relatório do KfW (2013, apud Afonso, Paiva e Rodrigues, 2017) o sucesso do grupo KfW se deve ao fato de o grupo ter concedido recursos sob a forma de empréstimos e não como subsídios, conservando assim os recursos do plano Marshall. Como não possui depósitos de clientes, o KfW se refinancia no mercado de capitais e assim, segundo os autores, a composição atual do funding da instituição, baseia-se em recursos próprios, oriundos principalmente da emissão de títulos no mercado de capitais.

Esses títulos representam o instrumento de refinanciamento da instituição e possuem grande aceitação pela sua segurança, uma vez que são garantidos pela república federal da Alemanha, além de possuírem excelente avaliação pelas agencias internacionais de risco, recebendo avaliação AAA.

O KFW foi pioneiro na proteção ao meio ambiente, oferecendo, desde a década de 1950, financiamentos nesse setor, atuando não somente no financiamento do mercado doméstico, mas financiando também, o mercado externo através de suas subsidiárias: o KFW Ipex-bank; e a DEG.

Segundo pode-se extrair do sítio oficial do grupo KFW na internet, Ipex-bank é a maior subsidiária do grupo e desde 2008 é legal e financeiramente independente, e diferentemente do próprio KfW está sujeito a supervisão bancária e obrigações fiscais e refinanciamentos em condições de mercado, competindo diretamente com os bancos comerciais e não possuindo privilégios, sendo regido pela lei bancária alemã. Esta instituição atua principalmente emprestando internacionalmente, fornecendo financiamento para projetos e empresas para comércio e exportação na Alemanha e no exterior, atua nos setores de Indústria Básica, Manufatura, Telecomunicações, Comércio e Saúde, Energia e Meio Ambiente, Navegação e Portos, Aviação e Aeroportos, Transporte Ferroviário e Rodoviário, Indústria da Construção.

Suas ofertas de financiamento vão desde créditos tradicionais, até projetos complexos e financiamento estruturado em várias moedas, promovendo o investimento de empresas e projetos em países em desenvolvimento. O Ipex-bank possui atualmente escritórios de representação em várias cidades ao redor do mundo.

Outra subsidiária do grupo KFW é a DEG que foi fundada em 1962, mas que só em 2001 passou a ser subsidiária do KFW e atua como acionista minoritária em outras empresas. Além de financiar projetos de empresas privadas em países em desenvolvimento, contribuindo para o crescimento sustentável, através de projetos que promovem a proteção do clima por meio de tecnologias inovadoras, e a melhoria de vida nos países emergentes, seus principais setores de atuação são: agronegócio, energia renovável, telecomunicações e manufatura. Seus principais produtos de financiamento são oferecidos em condições de mercado: empréstimos de longo prazo, capital acionário, garantias e serviços de suporte comercial, além disso a DEG oferece serviços de consultoria. Segundo as informações retiradas da página oficial do banco na internet.

A DEG acompanha de perto os projetos por ela financiados e desenvolveu um mecanismo independente de reclamações, que pode ser acionado por qualquer indivíduo, grupos, comunidades ou quaisquer outras partes que se julguem afetados negativamente por um projeto financiado por ela. Um grupo de especialistas decide se a queixa é admissível, responde à queixa e é responsável por tomar outras medidas possíveis. Assim como o Ipex-bank, a DEG possui diversos escritórios de representação em diversas cidades do mundo.

Pelo trabalho de Além, Ferraz e Madeira (2013) observamos um crescimento da carteira de crédito do KFW principalmente em 2010 e 2011 motivado pelo auge da crise europeia, evidenciando com isso seu papel de agente anticíclico. Ainda segundo Além, Ferraz e Madeira (2013) pode-se retirar do trabalho que o KFW, assim como outros BD's, apresentou em 2012 uma taxa de inadimplência muito baixa se situando no percentual de 0,21%.

Apesar de não estar formalmente submetida ao Acordo de Basileia e não possuir como função precípua a obtenção de lucro, as boas práticas financeiras e a gestão de risco mostram que esta instituição historicamente tem apresentado lucro como pode-se extrair dos relatórios anuais da instituição. Já quanto a carteira de crédito o KFW, a instituição apresentou em 2012 uma carteira de crédito que representava 15,5% do valor do PIB da Alemanha o que mostra o seu tamanho e sua importância para a economia deste país e entre 2002 e 2012 este percentual tem aumentado, fazendo a participação do banco crescer em 4.4 pontos percentuais em relação ao PIB.

Quanto ao crédito ofertado pelo KFW em relação ao crédito total da economia a participação do KFW foi de 12,7% do total em 2012, já em 2002 sua participação era de 8,1, evidenciando com isso sua evolução.

Outros trabalhos ratificam a importância desta instituição para a economia da Alemanha. Como mostra Afonso, Paiva e Rodrigues (2017) o KFW possuía em 2014 mais de 547 bilhões de dólares em ativos o que representava 16,6% do PIB da Alemanha naquele ano. Ainda de acordo com relatório financeiro (KfW, 2015), no ano de 2015 mais de 175 títulos (bonds) em 14 moedas do volume total de € 62,6 bilhões foram vendidos para

investidores internacionais, valor este que corresponde a quase 80% de suas necessidades de recursos no ano.

Conforme apontado por Além, Madeira e Martini (2015) O KfW e o Rentenbank, as duas IFDs públicas nacionais, possuíam ativos totais que representavam cerca de 20% do PIB da Alemanha, em 2014. Ainda por este trabalho conclui-se que em 2013 o KFW possuía em suas operações uma taxa de inadimplência de 0,13%, percentual ainda mais baixo do observado em 2012, o que demonstra uma constante preocupação com a sustentabilidade financeira da instituição e uma carteira de crédito correspondente a 14,5% do PIB alemão em 2013.

É amplamente sabido que o KFW desempenhou e desempenha papel de grande importância na economia alemã, no entanto, em certos momentos, por escolhas equivocadas de aplicação de recursos, sua existência e necessidade para a economia alemã foi posta em dúvida. Uma destas críticas se desenrolou com a crise do subprime em 2007, que tornou várias instituições ilíquidas, inclusive o banco *IndustriekreditBank* (IKB) que era em grande parte propriedade do KFW. A necessidade de socorro financeiro fez com que o grupo KFW disponibilizasse grandes aportes de recursos e assumisse grandes perdas desta instituição que acabou por ser vendida para um grupo norte americano com grande prejuízo para o KFW.

Outra crítica foi a transferência que o grupo KFW fez para o banco de investimento americano Lehman Brothers em 2008 que já estava com problemas de liquidez aparentes. Outras críticas foram os milhões perdidos em empréstimos da Islândia.

Enfim, por diversas vezes sua boa gestão de recursos foi posta em "xeque", o que levou a renúncia de vários dirigentes da instituição, mas, o banco parece ser mais forte do que as crises que enfrentou e continua a desempenhar seu papel na economia da Alemanha. Desde a reconstrução do país, destruído pela segunda guerra mundial, passando pela modernização da Alemanha oriental no processo de reunificação daquele país, até problemas financeiros pelas crises do *subprime* (2007-2008) e europeia (2010-2011) atuando no seu papel de agente anticíclico, e mais recentemente tem voltado sua atuação as questões ambientais tão evidentes em nosso tempo.

Portanto, conclui-se que os bancos de desenvolvimento existem não apenas para suprir falhas de mercado, mas que continuam úteis mesmo em mercados financeiros desenvolvidos como é o caso da Alemanha, mas antes de tudo, conforme aponta Aronovich e Fernandes (2006, apud Afonso, Paiva e Rodrigues, 2017), são instrumentos de política econômica e seu desempenho deve ser avaliado mais pelos benefícios sociais do que pelos econômicos e que sua área de atuação vai mudando de acordo com as necessidades e da forma de desenvolvimento em que se encontram os países

3.2 A ECONOMIA CHINESA E O PAPEL DO *CHINA DEVELOPMENT BANK*

A economia chinesa possui no seu sistema de fomento, três instituições financeiras que atuam sob a forma de bancos públicos, através dos quais o governo central aplica as políticas da República Popular da China. Este trabalho irá descrever uma destas instituições, o *China Development Bank* (CDB), que é o principal mecanismo pelo qual o governo alimenta políticas desenvolvimentistas do país.

O CDB foi fundado em 1994 como fornecedor de financiamento a projetos - principalmente de infraestrutura - de prioridade nacional. Esta instituição é supervisionada diretamente pelo governo central, a estrutura do banco é composta pelo governador, quatro vice-governadores e dois governadores assistentes. Existe ainda o conselho de supervisores que é responsável perante ao governo central. Por não receber poupança privada, o banco se financia principalmente pela emissão de títulos no mercado financeiro, títulos estes que são garantidos pelo governo, ou seja, recebem o mesmo tratamento que os títulos emitidos pelo próprio governo. Dado o seu tamanho, o CDB é o segundo maior emissor de títulos da China, somente atrás do Ministério das Finanças daquele país, e é ainda considerado o maior banco de desenvolvimento do mundo em volume de ativos e de empréstimos e ainda o maior prestador em moeda estrangeira.

Alguns dos exemplos dos seus financiamentos são: a Barragem das Três Gargantas, o Aeroporto Internacional de Shanghai Pudong e o aeroporto internacional de Pequim. Em dezembro de 2008 o CDB foi transformado em uma sociedade anônima de capital aberto, que conforme pode ser extraído da página da instituição na internet, possui

como acionistas: o Ministério das Finanças da China; o Investment Ltd. Central Huijin; Buttonwood Investment Holding Co.Ltd.; e o Conselho Nacional do Fundo de Seguridade Social.

Apesar de existir desde 1994, foi apenas em 2015 que o CDB foi definido oficialmente como instituição financeira de desenvolvimento. Entre as missões do banco estão: aumentar a competitividade do país e melhorar o meio de subsistência das pessoas. O banco também atua melhorando as condições de vida das pessoas, atuando para garantir habitação a preços acessíveis a grupos de baixa renda. Alguns dos valores fundamentais da instituição são: a responsabilidade, o incentivo à inovação, ao crescimento verde e a prudência.

O CDB é uma das três instituições financeiras públicas voltadas à promoção de políticas de desenvolvimento da China, juntamente com o banco de exportação-importação e o banco de desenvolvimento agrícola da China. possui uma subsidiária, o *China Development Bank International Investment Limited* que é uma empresa de investimentos constituída nas ilhas Cayman, com sede em Hong Kong. O CDB assim como outros BD's internacionais é controlado diretamente pelo governo central, atende diversos clientes e atua em diversos setores, apesar de não financiar a agricultura, pois este papel é desempenhado por outra instituição em nível nacional o *Agricultural Development Bank*. Conforme aponta Além, Madeira e Martini (2015), atua também o CDB na cooperação financeira internacional e no desenvolvimento econômico de países em situação de subdesenvolvimento, buscando interesses da China nesses países. Por isso estabeleceu em 2007 o *China-Africa Development Fund*. Conforme apresentado por Além, Ferraz e Madeira (2013) a instituição chinesa possuía em 2012 uma carteira de crédito no percentual de 12,4% do PIB da China contra uma participação de 7,4% do PIB observada em 2002, o que demonstra uma evolução da participação desta instituição na economia chinesa. Já com relação ao crédito total na economia, percebemos o mesmo movimento de crescimento passando de 5,2% do crédito total em 2002, para 8% em 2012.

Já como demonstrou Afonso, Paiva e Rodrigues (2017) os ativos totais do CDB em 2015 representavam mais de 16% do PIB chinês o que parece corroborar para sua importância e evolução para a economia daquele país. É preciso notar ainda, que o CDB

não está sujeito a mesma regulação que o sistema privado, o que não significa dizer necessariamente que esta instituição não adota padrões financeiros internacionais e nem se preocupa com a gestão de riscos e com o lucro. Pelo contrário esta instituição historicamente tem apresentado lucro, conforme apontam dados dos trabalhos aqui citados,

Outro ponto apresentado pelos autores é quanto à tributação, pois assim como instituições privadas, o CDB não goza de isenção no pagamento de impostos como observado no caso alemão. Por fim os autores observam que a maioria dos títulos emitidos por esta instituição possuem a garantia estatal, o que garante mais confiança no financiamento do seu funding.

Conclui-se que o CDB assim como as outras IFD's chinesas, desempenharam e continuam a desempenhar papel de suma importância na economia daquele país, seja como fornecedor de financiamento a projetos nacionais de infraestrutura, indústrias básicas, energia e transporte. Atua também apoiando mudanças estruturais na economia, assim como o desenvolvimento econômico nacional, o apoio a políticas macroeconômicas afim de construir um novo método de economia aberta e levar ao crescimento do mercado de títulos chineses.

O CDB mostra-se cada vez mais preocupado com os problemas regionais e com a crescente disparidade econômica entre as regiões, buscando revitalizar regiões atrasadas. Por último e não menos importante é preciso ressaltar que assim como um bom banco público, o CDB atuou como agente anticíclico após a crise de 2008, recebendo um pacote de estímulo para ampliar a oferta de crédito ao investimento e permitir com isso que a economia chinesa continuasse a crescer, conforme aponta Além, Ferraz e Madeira (2013). O banco de desenvolvimento chinês é portanto, a maior instituição financeira de desenvolvimento do mundo, com diversas filiais e escritórios de representação em várias cidades ao redor do mundo

3.3 O JAPÃO E O GRUPO JFC

O sistema nacional de fomento japonês é composto por diversas instituições, com controle por parte do governo e que atuam em segmentos específicos, e são portanto,

corporações especiais que visam a promoção de políticas do governo voltadas ao desenvolvimento econômico. Alguns exemplos destas instituições são:

O banco de desenvolvimento do Japão (DBJ); o banco do Japão para cooperação internacional (JBIC) que substituiu o *Japan Export-Import Bank* (JEXIM) e está voltado à exportação e importação; a agência de cooperação internacional do Japão (JICA) que contribui com empréstimos para o financiamento de países em desenvolvimento; tem-se também o Banco Central da Associação da Indústria do Comércio (*The Shoko Chukin Bank, Ltd.*); o banco que apoia o financiamento da habitação que é o *Japan Housing Finance Agency* (JHF), existem ainda corporações especiais como o *The Okinawa Development Finance Corporation* que tem como papel financiar o desenvolvimento das indústrias de Okinawa. E por fim e não menos importante temos o *Japan Finance Corporation* (JFC) que é uma corporação financeira fundada em outubro de 2008, através de uma lei especial que fundia em uma só, quatro instituições de financiamento então existentes no Japão: o *National Life Finance Corporation* (NLFC) que fornecia financiamento necessário para o público, porém difícil de ser ofertado por instituições financeiras em geral; a *Agriculture, Forestry and Fisheries Finance Corporation* (AFC) que oferece apoio aos operadores agrícolas, florestais e pesqueiros, promovendo a produtividade destes setores, afim de garantir o fornecimento estável de alimentos ; o *Japan Finance Corporation for Small and Medium Enterprise* (JASME) que fornece apoio ao financiamento de pequenas e médias empresas; e o *International Financial Operations of the Japan Bank for International Cooperation* (JBIC) que promove as atividades japonesas no exterior, fomentando com isso o comércio internacional. É preciso ressaltar que no período que compreende outubro de 2008 a março de 2012 o JBIC pertencia ao grupo JFC como subsidiária deste, mas que a partir de 1 de abril de 2012, este foi separado do JFC e tem atuado como entidade independente.

Além, Ferraz e Madeira (2013), ao discutirem o papel dos BD's para financiamento de longo prazo, apontam que o JFC é controlado em 100% pelo governo japonês e regulado diretamente por um ministério responsável, mas que possui um conselho de diretores com membros independentes. Demonstram ainda que a principal fonte de financiamento desta instituição se dá através de recursos fiscais e que por não financiarem

todos os segmentos que geralmente um BD financia, como é o caso da infraestrutura, injetam recursos em outras instituições como o DBJ, que historicamente desempenhou papel no financiamento deste setor. De forma semelhante o JFC também não financia a exportação e a cooperação internacional, trabalhos estes que são feitos pelo JBIC e a JICA, respectivamente.

Por fim os autores ao fazerem um levantamento sobre a lucratividade dos BD's evidenciam que, em 2009, o JFC apresentou um prejuízo contábil, muito provavelmente pelo recente e dispendioso processo de fusão.

Por possuir no Japão um grande número de instituições financeiras de desenvolvimento, fica difícil que qualquer uma delas, sozinha, represente grande peso na economia japonesa. Por isso Além, Madeira e Martini (2015) ao ampliarem o campo de análise de apenas BD's para IFD's como um todo demonstraram que em março de 2014 os ativos totais de apenas quatro dessas IFD's: DBJ, JFC, Shoko Chukin Bank e JBIC somaram 14,5% do PIB japonês, o que evidencia a importância dessas instituições para à economia japonesa.

Os autores também mostraram que, a partir de 2008, o Japão iniciou um processo de privatização do DBJ e do Shoko Chukin Bank, mas que devido à crise de 2008 e o terremoto de 2011, esse processo foi adiado e este adiamento parte da ideia de que é preciso ampliar o desenvolvimento regional e que estas instituições são fundamentais neste processo. Afonso, Paiva e Rodrigues (2017) vão mais além, explicitando a relação das instituições com o Estado, e mostram que o JFC e o JBIC por seres considerados instituições de interesse público, gozam de isenção de impostos, recebem recursos fiscais para se financiarem e possuem garantias estatais o que facilita suas captações no mercado, uma vez que estes títulos são garantidos pelo governo.

Outro ponto é o pagamento de dividendos, apesar dos bancos japoneses precisarem pagar dividendos ao Estado, não há uma exigência de pagamento mínimo obrigatório de dividendos. Quanto à regulação, os autores observam que os bancos japoneses não são regulados pela mesma regra que se aplica aos bancos privados, ou seja, são regulados por legislação específica, não sendo submetidas a regras do acordo de Basileia.

3.4 SNF E O PAPEL DO BNDES

O SNF brasileiro na definição de Além, Madeira e Martini (2015) é constituído de uma IFD de âmbito nacional, que é o BNDES, outras três IFD's regionais e diversas outras instituições estaduais. Conforme aponta Araújo *et al.* (2011), a economia brasileira assistiu nas décadas de 1960 e 1970 um processo de surgimento em grande quantidade de bancos de desenvolvimento estaduais, processo este que foi interrompido nas décadas seguintes.

Se antes da década de 1990 o SNF era constituído por diversas instituições e bancos de âmbito estadual e regional, a crise econômica da década de 1980 e as reformas de caráter neoliberais que se intensificaram na década seguinte, levaram a privatização desses diversos bancos estaduais e para compensar essas perdas os estados recebiam a possibilidade de criar agências de fomento, que possuíam uma série de restrições que os bancos estaduais não tinham. Esse processo culminou no esfriamento das economias mais subdesenvolvidas, que eram portanto mais necessitadas de crédito para financiamento do investimento. Esse enfraquecimento da sua capacidade de financiamento, transformou as fontes de funding no Brasil pouco diversificadas e em grande parte dependentes do BNDES.

O BNDES foi fundado em 1952, sendo criado por lei específica sob o nome de banco nacional de desenvolvimento econômico (BNDE). A princípio como uma autarquia pública federal e instrumento do governo para financiamento de investimentos de longo prazo em diversos setores da economia, foi posteriormente transformado em empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, porém vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão (MPOG) e com necessidade de prestar contas a diversos órgãos públicos como: ministério da transparência, fiscalização Controladoria-Geral da União(CGU); Tribunal de Contas da União, Congresso Nacional e Ministério da Fazenda. O banco possui ainda subsidiárias como: a BNDESPAR pelo meio da qual o banco adquire e administra participação em empresas privadas nacionais; BNDES *limited*, que adquire participação em empresas estrangeiras; e a FINAME, destinada ao financiamento de máquinas e equipamentos.

Afonso, Paiva e Rodrigues (2017) analisam o BNDES por uma perspectiva de interação deste com o Estado e observam que o banco atua em diversos segmentos da economia e tem grande importância para a economia brasileira. Os autores mostram que o BNDES recebe recursos fiscais como os oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do qual recebem por determinação constitucional no mínimo 40% da arrecadação do PIS/PASEP para fazer frente aos seus desembolsos. Esses recursos representavam até 2007 a principal fonte de recursos do banco, no entanto a partir de 2008 o protagonismo do FAT foi substituído pelos repasses do tesouro nacional (TN) que passaram a ser a partir de 2008 as principais fontes de recursos do BNDES. Desde 2015 estes recursos não são mais captados como fonte de recursos e deixaram de ser as principais fontes de recursos do BNDES. Conforme podemos extrair dos relatórios da instituição de 2016 e 2017, é possível observar que até o final de 2017 o BNDES já tinha devolvido ao TN cerca de 180 bilhões, ou seja 43% do que lhe foi repassado entre 2008 e 2014.

Os autores evidenciam também, que diferentemente de BD's internacionais, o BNDES não possui garantias do governo nas suas captações no mercado e que possuem exigência de pagamento de dividendo ao Estado e também uma exigência mínima obrigatória de 25% de repasse dos lucros auferidos à União. No entanto, a lei das estatais em vigor desde 2016 determina que no mínimo 40% do lucro seja destinado para capitalização do banco, o que fortalecerá a estrutura de capital do banco. Os autores mostram que diferentemente de outros exemplos internacionais, o BNDES não possui qualquer tipo de isenção de impostos e está regulado pela mesma instituição que controla os bancos privados, que é o Banco Central do Brasil e está formalmente submetido as regras do acordo de Basileia, o que pode ser um problema já que os mandatos a serem exercidos pelos BD's são diferentes dos desempenhados por bancos privados.

Barboza, Furtado e Gabrielli (2018) por outro lado, analisam a atuação histórica do BNDES e utilizando dados eles tentam alcançar três objetivos e consequentemente responder três perguntas: i) para quais setores foram os desembolsos do BNDES ao longo da sua existência e se é verdade que ele é o banco da infraestrutura nacional; ii) qual o seu tamanho para a economia e se é verdade que na década de 2000 ele assumiu um tamanho maior do que o observado historicamente; e iii) qual o porte das empresas beneficiadas

pelos desembolsos do BNDES e se é verdade que o banco tem apoiado recentemente as grandes empresas como nunca antes aconteceu na sua história.

Para responder a primeira pergunta e alcançar o primeiro objetivo, os autores mostram que entre 1952 à 1960 a participação média da infraestrutura foi de mais de 69% do total e a da indústria de mais de 28%; na década de 1960 o banco passou a ser o banco da indústria onde sua participação passou de 70% nesse setor enquanto o apoio à infraestrutura caiu para pouco mais de 25%.

Na década seguinte a composição não se alterou muito, permanecendo no topo dos desembolsos a indústria com mais de 2/3 do total e a infraestrutura com cerca de 27%; entre 1981 à 1990 os setores mais apoiados mantiveram na mesma ordem, porém houve uma maior diversificação onde surge como terceiro lugar como setor mais apoiado o de comércio e serviços, com uma participação de pouco mais de 11%; na década de 1990 à indústria continua liderando e sendo seguida pela infraestrutura e surgindo em terceiro plano o setor agropecuário, até então com uma participação irrisória e agora passando a representar cerca de 11% do total de desembolsos do banco.

Os anos de 2001 à 2010 mantiveram a grosso modo a mesma composição do decênio anterior; e por fim no período de 2011 à 2017 percebe-se claramente um grande salto no apoio ao setor de comércio e serviços, que pula de pouco menos de 10% para quase 24% e simultaneamente uma grande perda de importância do setor industrial, que sai de mais 46% para pouco mais de 28%, deixando de ser o setor mais apoiado que agora passa a ser novamente o setor de infraestrutura com quase 36% dos desembolsos totais do banco, porém este percentual é menor do observado na década de 1950.

Ainda no que diz respeito à indústria entre 1995 e 2017 a média de participação deste setor nos desembolsos do BNDES foi de 40,8 % e que o auge deste setor em volume de recursos desembolsados pelo BNDES, se deu em 2010 quando este setor sozinho absorveu mais de 78 bilhões em valores correntes de 1995 ou quase 47% do total da instituição. Portanto ao analisarmos a média de desembolsos percebe-se que o percentual desembolsado para este setor é muito maior do que o peso deste setor no PIB nacional, o que permite inferir que o BNDES atuou nas últimas décadas como um banco da

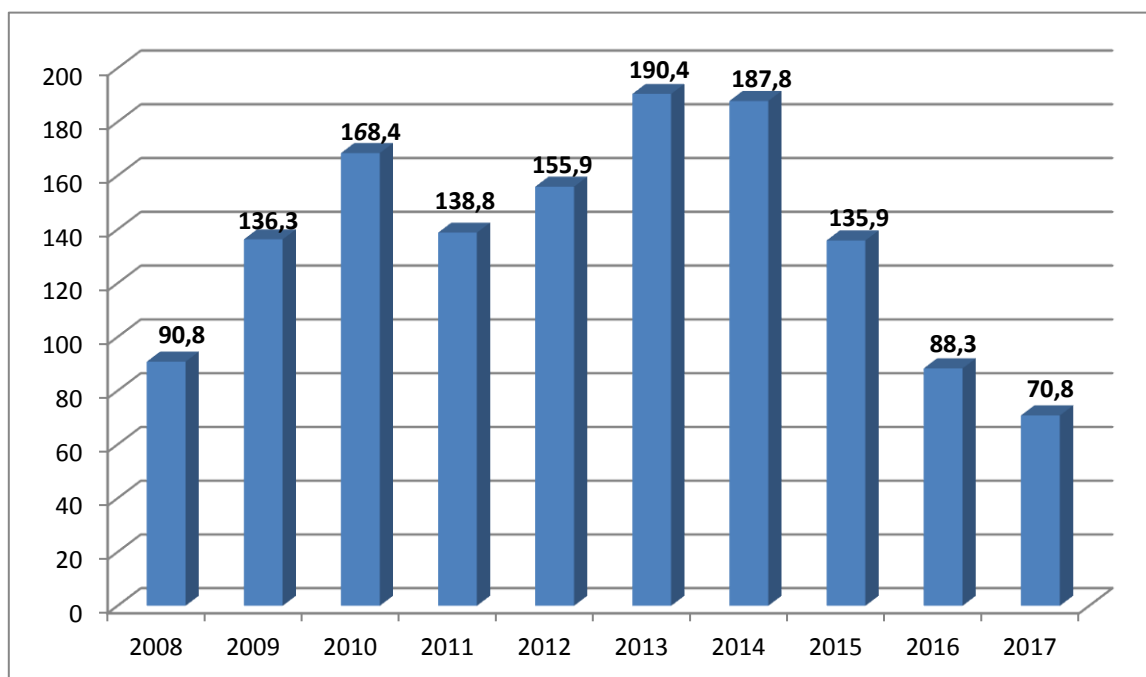
industrialização nacional, permitindo inferir-se que sim, o BNDES contribuiu e contribui no que pode para promover a industrialização do Brasil assim como fora sugerido no pensamento de Celso Furtado e pela CEPAL.

Para responder a segunda questão e consequentemente atingir o segundo objetivo é possível mensurar o tamanho do banco pelo volume dos seus financiamentos em relação à formação bruta de capital fixo (FBCF), ou em relação ao PIB. Pelas duas maneiras observa-se que a partir de 1974 o banco passa a ter peso mais significativo para a economia, representando 8,7% da FBCF e quase 2% do PIB.

Os anos entre 2000 a 2014 foram de constante aumento da participação do BNDES na economia brasileira, principalmente pós-crise de 2008-2009 cumprindo seu papel e atuando como agente anticíclico. Percebe-se que os desembolsos desta instituição em 2009 saltaram mais de 50% em relação à 2008, saindo de pouco menos de 91 bilhões em 2008 para mais de 136 bilhões em 2009. Atuando para o mandato que foi criado o BNDES ampliou suas atividades em resposta a desaceleração da economia brasileira, agindo assim como agente anticíclico, sua participação chegou a mais de 21% da FBCF em 2009 e que esta trajetória ascendente vai até o ano de 2010 quando os desembolsos da instituição ultrapassam os 168 bilhões ou 4,3% do PIB Brasileiro em 2010, atingindo com isso seu maior tamanho no que diz respeito ao total dos desembolsos em relação ao PIB nacional. Este salto se deve em parte ao programa de sustentação do investimento (PSI) lançado em meados de 2009 que visava garantir a retomada do crescimento no país em um cenário de crise econômica internacional iniciada em 2008. O auge de desembolsos desta instituição em volume de recursos só ocorre em 2013 quando foram desembolsados mais de 190 bilhões.

Portanto para responder a segunda pergunta, podemos afirmar que sim, é verdade que o BNDES alcançou um tamanho até então nunca visto na sua história entre 2000 a 2014. Mas a partir de 2015 se sucedeu um processo de encolhimento do seu tamanho quando observados os volumes desembolsados e que a partir deste ano o banco apresenta uma constante trajetória descendente, se situando em 2017 com volumes desembolsados inferiores aos observados uma década atrás em 2008, com desembolsos que não atingiram em 2017, 71 bilhões de reais.

Gráfico1 – Evolução dos desembolsos do BNDES em bilhões de reais correntes 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

Para responder a última questão é necessário analisar os desembolsos do BNDES pelo porte das empresas e para isso só existem dados a partir de 1990. Os autores apontam que historicamente o banco apoiou sempre mais as grandes empresas, mas que ao contrário do que se acredita o apoio as MPME's tem aumentado e nunca foi tão grande. Entre 2015 e 2017 a média de empréstimo as MPME's foi de 33,4% e portanto a crítica de que o BNDES nunca apoiou tanto as grandes empresas como recentemente tem feito é uma ideia falaciosa.

Se formos mais além e analisarmos o relatório do BNDES de 2017 percebemos que naquele ano a participação das MPME's nos desembolsos do BNDES foi de 42% e que segundo dados referentes ao primeiro semestre de 2018 esta trajetória de crescimento da participação das MPME's nos desembolsos do BNDES continua se intensificando tendo alcançado 48,6% dos desembolsos no primeiro semestre de 2018 o que mostra que essa trajetória de participação é crescente.

Ou seja, ao contrário do senso comum, percebe-se que na realidade a participação das MPME's nos financiamentos do BNDES nunca foi tão grande como é observado no

período recente e se deve a ações como o cartão BNDES que é um cartão de crédito com limite de no máximo 1 milhão, beneficiando portanto, as micro e pequenas empresas.

Partindo para outro tipo de análise, a de que o BNDES tem agido como banco de desenvolvimento no combate às desigualdades regionais, em especial se tem cumprindo esse papel na região nordeste. Ao analisarmos o período de 1995 a 2015 quanto em termos percentuais médios do total de desembolsos do BNDES foi destinado a região nordeste percebe-se que em média pouco menos de 12% do total dos desembolsos da instituição foram destinados à região e que no mesmo intervalo de tempo a participação do Nordeste no PIB brasileiro foi de mais de 13%.

Isto permite dizer que o BNDES não tem feito grandes esforços para reduzir as desigualdades regionais, visto que o peso do PIB do Nordeste no PIB nacional foi superior ao que foi destinado à região pelo BNDES, no entanto é preciso notar que este percentual atingiu o auge de 20% dos desembolsos em 2017, e que este percentual se repete no primeiro semestre de 2018 o que pode indicar uma mudança na política do banco afim de promover a redução das desigualdades regionais, mas que se analisarmos pelo valor absoluto percebe-se que em termos de valores, o montante destinado à região em 2017 é inferior ao recebido em 2009, isto se deve à constante diminuição do seu tamanho em volumes emprestados que vem sofrendo à instituição nos últimos anos.

Um banco de desenvolvimento em consonância com a teoria Schumpeteriana é aquele que fornece crédito ao inovador para que este possa realizar sua inovação, para que esta por sua vez possa melhorar a eficiência na produção que consiste em elemento indispensável para melhorar o posicionamento competitivo das empresas. Incentivo à inovação existe em sentido amplo no BNDES desde 1964 quando foi instituído o fundo de desenvolvimento técnico-científico (FUNTEC).

Ao longo dos anos outros programas de incentivo à inovação foram criados, entretanto conforme pode-se extrair do livro verde do BNDES (2017) os desembolsos em inovação só apresentaram forte crescimento a partir de 2009 quando representavam 0,4% dos desembolsos totais da instituição, até 2015, quando atingiram 4,4% dos desembolsos totais do Banco, num montante de R\$ 6 bilhões, aumentando em mais de dez vezes o

percentual destinado a este segmento. Nota-se que houve uma queda no volume dos desembolsos entre 2016 e 2017, resultado da conjuntura econômica adversa e da diminuição de tamanho que enfrenta o banco, todavia, a participação do apoio à inovação em percentual manteve-se relativamente estável, ficando em torno de 4% em 2016 e 2017 (acumulado em 12 meses até julho).

Pode concluir-se também através dos relatórios da instituição, que esta possui historicamente uma taxa de inadimplência menor do que à observada no sistema financeiro nacional e que também por não possuir nenhum tipo de isenção tributária, suas operações pagam impostos assim como geram lucros e dividendos que em parte são remetidos à união. Portanto analisar a importância do BNDES para a economia em que esta inserida requer dentre outras coisas, analisar a demonstração do valor adicionado (DVA) que percebe-se pelo relatório de 2017 a riqueza gerada pelo BNDES foi de mais de 12,5 bilhões de reais, desempenho este superior ao de 2016. Além de que os desembolsos feitos pelo BNDES, fazem empresas investirem mais, o que acaba retornando para o Estado em forma de impostos e que as empresas ao ampliarem sua produção contratam mais, o que amplia o nível de emprego e consumo das famílias na economia brasileira. Portanto, analisar a atuação do BNDES requer também computar todos os retornos que ele gera direta e indiretamente para a sociedade.

3.5 COMPARAÇÃO: EXEMPLOS INTERNACIONAIS E O BRASILEIRO

Esta seção irá discutir os pontos convergentes e divergentes acerca de bancos de desenvolvimento entre o Brasil e as experiências internacionais, e para isso, serão utilizados os diversos autores por este trabalho citado. Observa-se que todos os BD's são controlados pelo Estado, na maioria dos casos por ministérios responsáveis e as vezes pelo próprio governo central - como a China -.

Todos os BD's possuem um conselho com membros independentes e atuam em diversos setores atendendo diversos clientes, todos eles atuam como agentes anticíclicos e não estão sujeitos as mesmas regras do setor privado e as regras do acordo de Basileia, o que não significa que possuem práticas inadequadas de atuação. pelo contrário, os BD's em geral possuem uma boa gestão de risco que se traduz em lucratividade e em baixos níveis

de inadimplência. É possível notar também que, em regra nos países mais desenvolvidos como a Alemanha o financiamento da instituição se dá pela emissão de títulos no mercado financeiro, que na maioria das vezes contam com garantias do governo. Já em outros países, como o Brasil e o Japão, as principais fontes de financiamentos são oriundas de recursos fiscais.

Quanto à isenção de impostos o caso japonês e alemão são os únicos que gozam desse privilégio, enquanto o BNDES, e o banco chinês pagam impostos da mesma forma que instituições privadas. É possível notar também que em todos os casos as instituições emprestam internacionalmente, contribuindo para a cooperação financeira internacional. Muitas das instituições passaram por erros que levaram a perdas e as puseram em constantes críticas sobre sua importância. Enfim, apesar de não existir formalmente uma única teoria que defina com clareza qual o papel dos BD's e seu campo de atuação, estas instituições possuem similaridades e se mostram úteis seja qual for o nível de desenvolvimento de uma sociedade.

Quanto as particularidades, é preciso perceber que o BNDES, das instituições aqui citadas, é a única que está sujeita a mesma regulação do setor privado e que portanto segue as regras do acordo de Basileia e que isto deve ser visto com cautela, pois um BD tem suas prioridades e objetivos diferentes dos bancos privados. Índices de liquidez que são utilizados para bancos privados, podem não ser atingidos em BD's que historicamente financiam segmentos mais arriscados e com maior prazo de maturação.

Outro ponto particular do BNDES é o fato de ser o único BD dos aqui citados, que não possuem nenhum tipo de garantia por parte do Estado na emissão de seus títulos e que diferentemente dos demais é também o único que possui uma exigência mínima obrigatória de pagamentos de dividendos ao seu ente controlador. Por último e não menos importante é preciso notar que como apontado por Afonso, Paiva e Rodrigues (2017) os BD's internacionais em geral não emprestam a uma taxa inferior as de mercado, pelo contrário, em alguns casos percebe-se que eles possuem um custo mais elevado do que os bancos privados tradicionais, mas que mesmo assim são preferidos pelos investidores, visto que oferecem serviços de consultoria e acompanhamento específicos aos investimentos. Entre os BD's selecionados e analisados nesse trabalho o KFW é o que goza de mais privilégios,

não tendo obrigação de pagar dividendos ao Estado, além de possuir isenção de impostos corporativos e de renda.

É amplamente sabido que os BD's possuem mandatos diferentes das instituições privadas e que sua importância já foi confirmada mesmo em países claramente desenvolvidos como a Alemanha, portanto submeter estas instituições as mesmas regras do setor privado, não parece ser sensato. No entanto é fundamental que estas instituições possuam sustentabilidade financeira para que possam continuar a desempenhar seu papel na economia, e medidas deveriam ser pensadas para equilibrar os interesses econômicos e sociais com uma boa gestão e administração destas instituições para que elas possam realizar aquilo para que foram criadas, não se desvirtuando da sua missão.

4 BANCO DO NORDESTE E FNE: HISTÓRICO

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. O banco tem como área básica de atuação os nove estados da Região Nordeste, o norte e os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e o norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios.

Autores como Celso Furtado mostraram o problema da formação econômica do Brasil que levou a desigualdades regionais graves. A economia nordestina, inicialmente produzia basicamente para exportação e ainda o desenvolvimento da indústria nacional que se constituiu no Sudeste e fez desta região seu centro dinâmico e com forte crescimento, em contrapartida a estagnação das demais regiões.

No que diz respeito à região Nordeste, uma característica típica da região a tornava ainda mais necessitada de atenção especial do Estado, que eram as constantes secas, em especial a grande seca de 1951-1953. Portanto para reduzir as disparidades regionais, ajudar a solucionar os problemas climáticos e ainda fornecer uma fonte de crédito a uma região até então carente de fonte própria de financiamento das suas atividades, surgiu como uma resposta do governo de Getúlio Vargas, na pessoa do ministro da Fazenda, Horácio Lafer o Banco do Nordeste para fomentar o desenvolvimento de projetos de caráter produtivo, principalmente na área do Polígono das Secas.

Além do financiamento do desenvolvimento da região Nordeste, cabia ao BNB um papel de estudos voltados à região, papel desempenhado pelo Escritório técnico de estudos econômicos do Nordeste (ETENE) que foi instituído pela própria lei de criação do banco. Os trabalhos elaborados pelo ETENE levaram a criação mais adiante do grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que culminaram no futuro com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). É importante perceber que estudos sobre a realidade da região Nordeste sempre foi uma preocupação do BNB por isso, o banco administra outros dois fundos que promovem apoio à pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento: o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI)

instituído em 1971; e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) criado em 1987 e que ainda existem atualmente.

A fonte inicial de recursos do BNB advinha do fundo das secas, instituído pela constituição de 1946, no entanto, na década de 1960 houve um processo de esfriamento nas políticas regionais o que levou a um aumento das desigualdades regionais, e o fundo das secas foi extinto pela constituição de 1967, o que levou a um desaquecimento e enfraquecimento da região Nordeste. O fim desse fundo que constituía a principal fonte de recursos do BNB enfraqueceu o banco, que passou a operar com dificuldades e esse processo agravou as desigualdades regionais.

O período que sucedeu o “milagre econômico” foi importante para a retomada das políticas de desenvolvimento regional, como a criação pelo decreto-lei 1.376 de 1974 do Fundo de investimentos do Nordeste (FINOR). Operado pelo banco, assim constitui-se como um benefício fiscal destinado a apoiar empresas que atuassem na área de jurisdição da SUDENE.

Esse processo de avanço nas políticas regionais foi interrompido novamente na década de 1980, marcada por crise econômica e da dívida do setor público brasileiro. Essa crise no setor público nacional afetou o BNB, já que os recursos repassados a esta instituição caíram de forma drástica, comprometendo inclusive a saúde financeira da instituição.

Percebe-se claramente pela breve explanação da história do Banco do Nordeste que, assim como fora apontado por Afonso, Paiva e Rodrigues (2017) já citados nesse trabalho, as IFD's devem ter fontes de recursos estáveis e que não estejam submetidas a decisões políticas ou interesses diversos que não sejam o cumprimento dos seus mandatos e a conseqüentemente a redução das desigualdades regionais. Convencidos dessa visão, e na iminência da elaboração de uma nova constituição surge um movimento parlamentar das bancadas nordestina e de outras regiões para a criação dos fundos constitucionais que seria um fluxo estável de recursos para melhorar a atuação do BNB. Por isso pode ser considerado uma vitória. A criação dos fundos constitucionais das regiões Norte (FNO), Centro-oeste (FCO) e Nordeste (FNE) que foram instituídos pelo artigo 159 da constituição

de 1988 e regulamentados um ano mais tarde pela lei 7.827 de 1989, que determinou que 3% da arrecadação do Imposto de renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) seriam destinados aos fundos constitucionais. Vitória especial se deu para a região Nordeste que recebeu maior parcela de 1,8% ou 60% do total destinado aos fundos, onde metade desse total deveria ser destinado à região do semiárido e deveriam todos os recursos do FNE serem administrados pelo Banco do Nordeste.

4.1 PRODUTOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO BNB

Conforme pode-se extrair da página do banco na internet acessada em 09 de setembro de 2018, o BNB conta com diversas linhas de crédito para financiamento de atividades nos principais setores do mercado como: Indústria e agroindustrial, infraestrutura, comércio e serviço, setor rural, setor de tecnologia e turismo. Alguns dos seus programas são setoriais, assim sendo, atendem unicamente um setor específico, enquanto outros programas são multisetoriais, de forma que financiam atividades em mais de um setor. Mas recentemente, o banco passou a contar com programas destinados à conservação do meio ambiente (FNE verde), o uso eficiente da água (FNE água), produtos destinados à inovação e uns específicos voltados a atividades exportadoras, dentre outros.

O BNB não operacionaliza apenas produtos com recursos do FNE, mas atua também como intermediador financeiro dos produtos com recursos oriundos do BNDES como o FINAME. O BNDES automático; cartão BNDES e FINAME agrícola. Oferecem também produtos de outras fontes de recursos como o FINAGRO, que possui como fonte de recursos a caderneta de poupança rural e os recursos livres de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e visa apoiar as atividades agroindustrial, industrial e comercial para aquisição de produtos de origem agropecuária.

Além disso, o banco ainda possui linhas de microcrédito orientado urbano e rural, o crediamigo e o agroamigo respectivamente que são em parte financiados com o uso de recursos internos (RECIN) do banco.

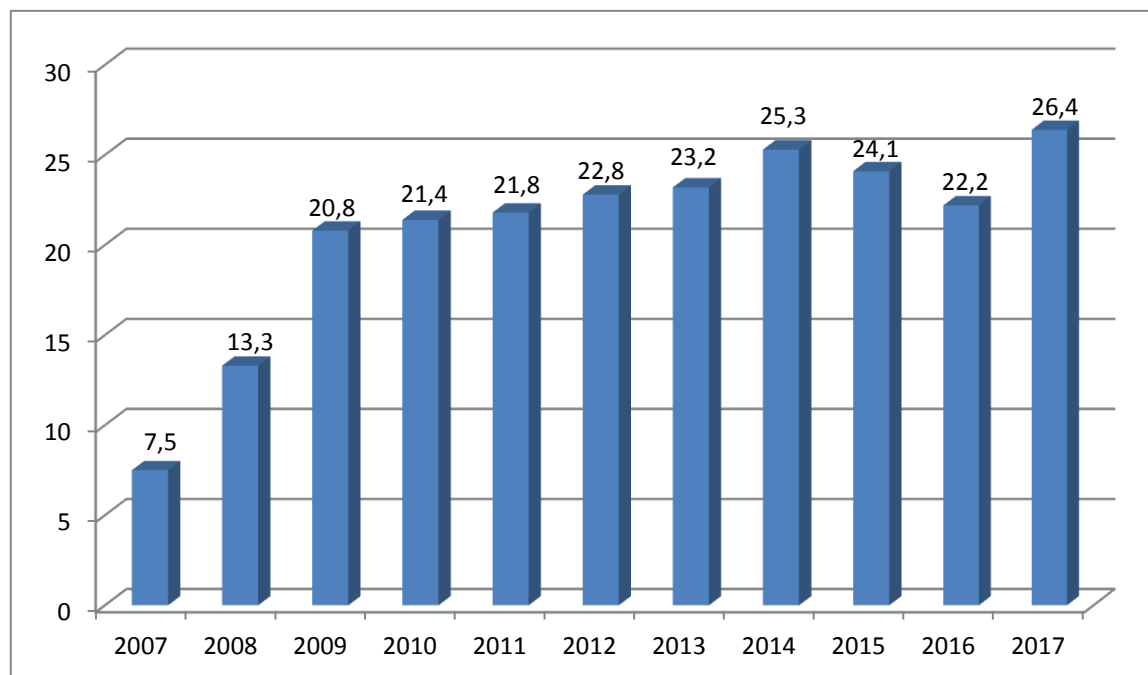
4.2 BANCO E FNE: EVOLUÇÃO EM NÚMEROS 2008-2017

4.2.1 DESEMBOLSOS TOTAIS

O BNB vem desempenhando seu papel como banco de desenvolvimento regional desde sua fundação, no entanto, sua atuação se tornou mais independente das decisões políticas e autônoma quando passou a contar com os recursos do FNE a partir de 1989. Desde então essa fonte de recursos representa seu maior funding, o que permite ao banco agir para aquilo que foi criado. Neste trabalho será analisado os desembolsos do BNB a partir de 2008, esse ano foi usado por ser o ano em que se inicia a crise econômica internacional, com isso se buscará identificar se o banco agiu com o seu papel de agente anticíclico na região.

Percebe-se pelo gráfico 2 que os desembolsos do BNB aumentaram vertiginosamente a partir de 2008, saindo de pouco mais de 7,5 bilhões de reais em 2007 para 13,3 bilhões em 2008 o que representa um aumento de mais de 77%, quando compara-se entre 2008 e 2009 as operações totais do banco experimentaram novo crescimento dessa vez em mais de 50%, e que este processo de crescimento foi consistente até o último ano (2017), com algumas pequenas quedas nos anos de 2015 e 2016, mas que a partir de 2017 voltaram a crescer o que demonstra um comportamento estável na última década.

Gráfico 2 – Evolução dos desembolsos do BNB em bilhões de reais correntes 2007-2017



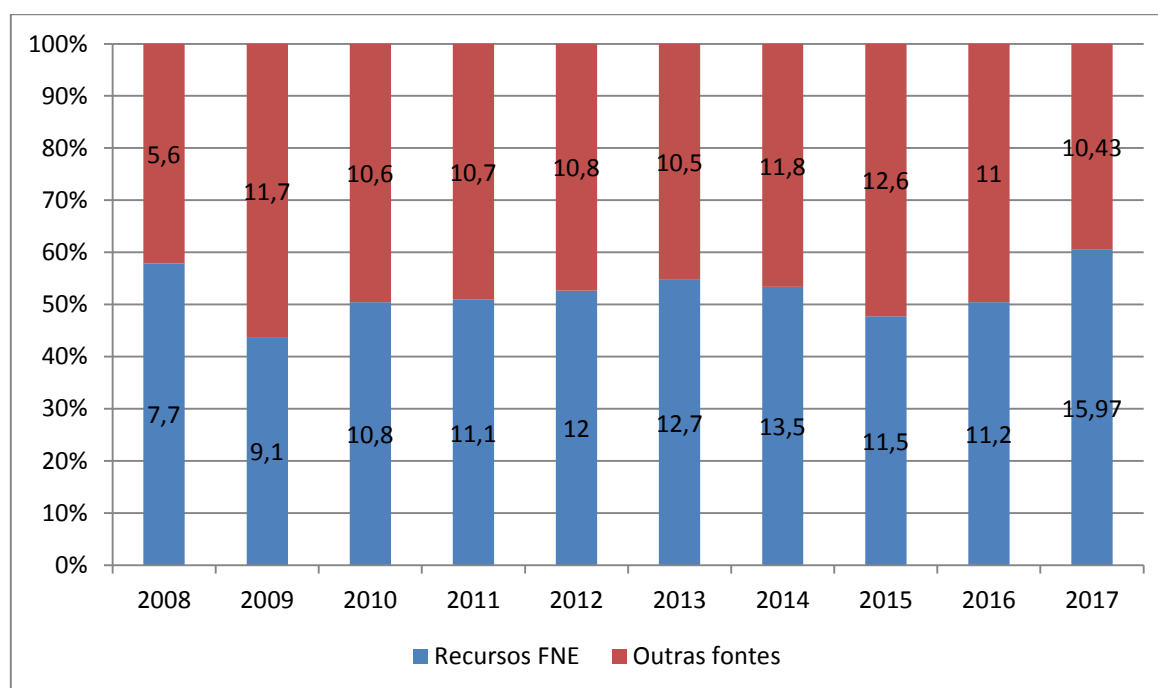
Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.2.2 RECURSOS ORIUNDOS DO FNE

É possível perceber também (Gráfico 3) que, historicamente a principal fonte de recursos do BNB para fazer frente aos seus desembolsos de longo prazo são oriundos do FNE, e que os anos onde estes recursos se reduziram foram também os anos onde as aplicações totais do banco caíram (2015 e 2016) mostrando com isso que o banco seguiu a mesma tendência de queda apresentada nos recursos advindos do FNE.

É possível enxergar também, que ao longo da última década esse peso do fundo gira em média entre 50 e 60% do total do banco, mas é preciso perceber que ao longo dos anos cresceu a capacidade do banco de captar recursos através de depósitos à vista, à prazo, depósitos de poupança, LCA, além da captação no mercado de capitais. Se assemelhando aos bancos de desenvolvimento de países desenvolvidos que possuem ampla capacidade de captação através do mercado de capitais fazendo assim uma ampliação dos recursos internos disponíveis para empréstimos cada vez mais demandados na região Nordeste.

Gráfico 3 – Evolução da Composição das fontes de recursos do BNB em bilhões de reais correntes e em percentual 2008-2017

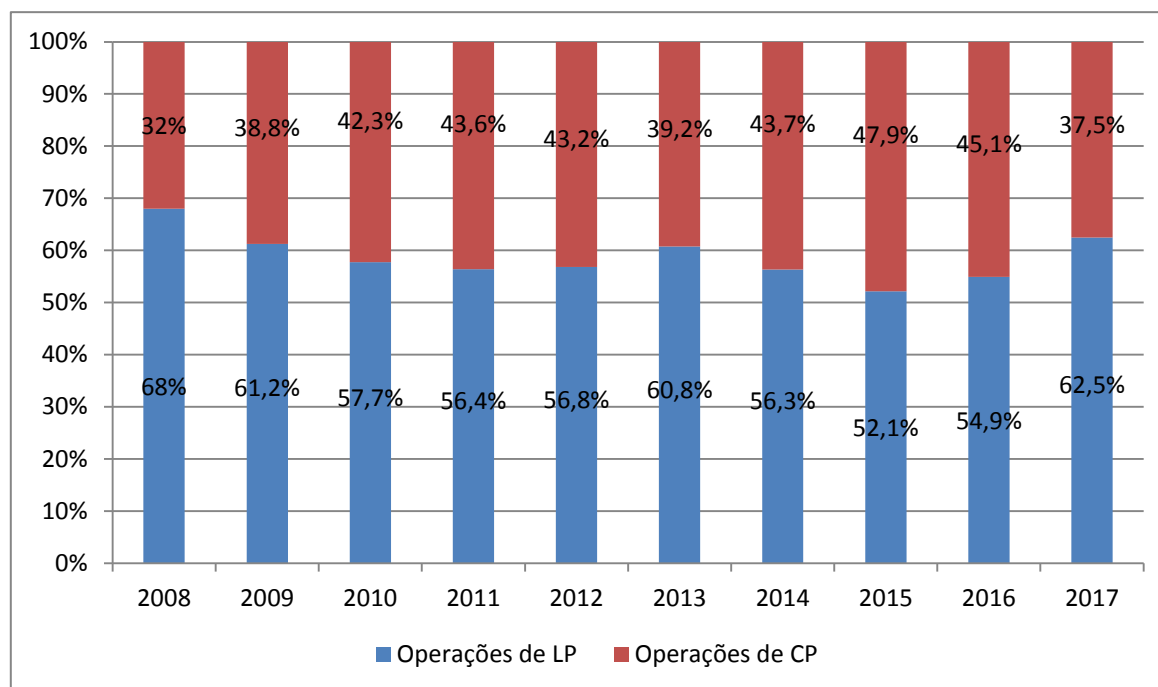


Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.2.3 OPERAÇÕES DE LONGO PRAZO

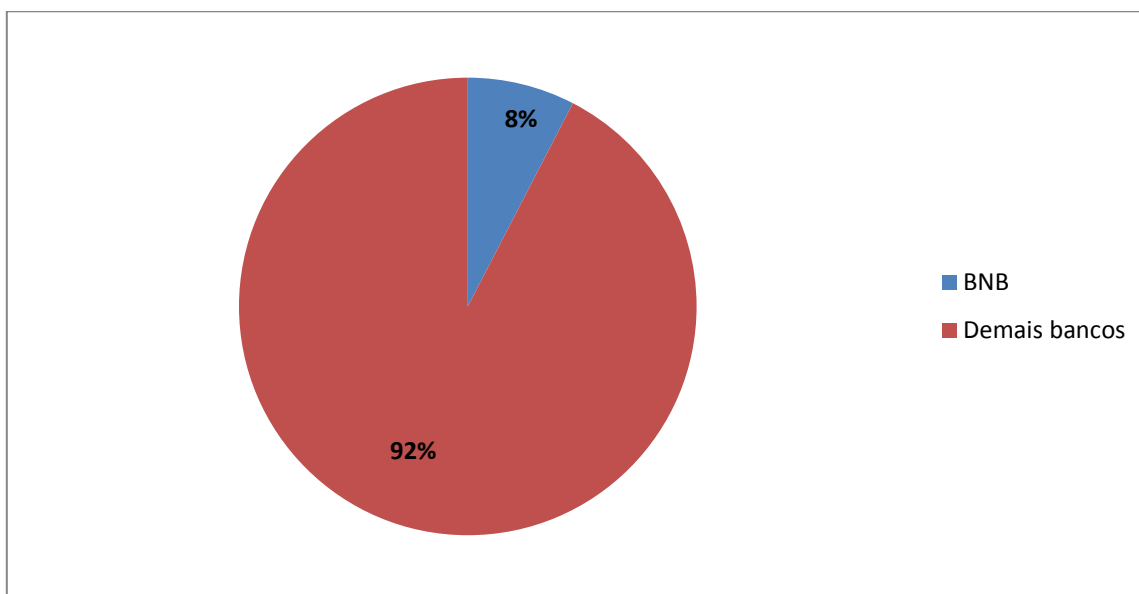
Assim como é de se esperar de um banco de desenvolvimento, este deve primordialmente fornecer crédito ao financiamento de longo prazo, que na maioria das vezes é preterido por bancos privados, pelo longo período de maturação dos investimentos, que pode levar a grandes riscos e incerteza de pagamento pelo descasamento dos vencimentos. Por esse motivo, os desembolsos para financiamento de longo prazo constituem a maior parte dos recursos aplicados do BNB (Gráfico 4) que representam também a maior parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na região onde atua (gráfico 6). Mesmo tendo uma participação minúscula da rede bancária instalada na região (gráfico 5), o banco continua detendo boa parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde opera.

Gráfico 4 – Evolução Percentual das operações de curto e longo prazo do BNB 2008-2017



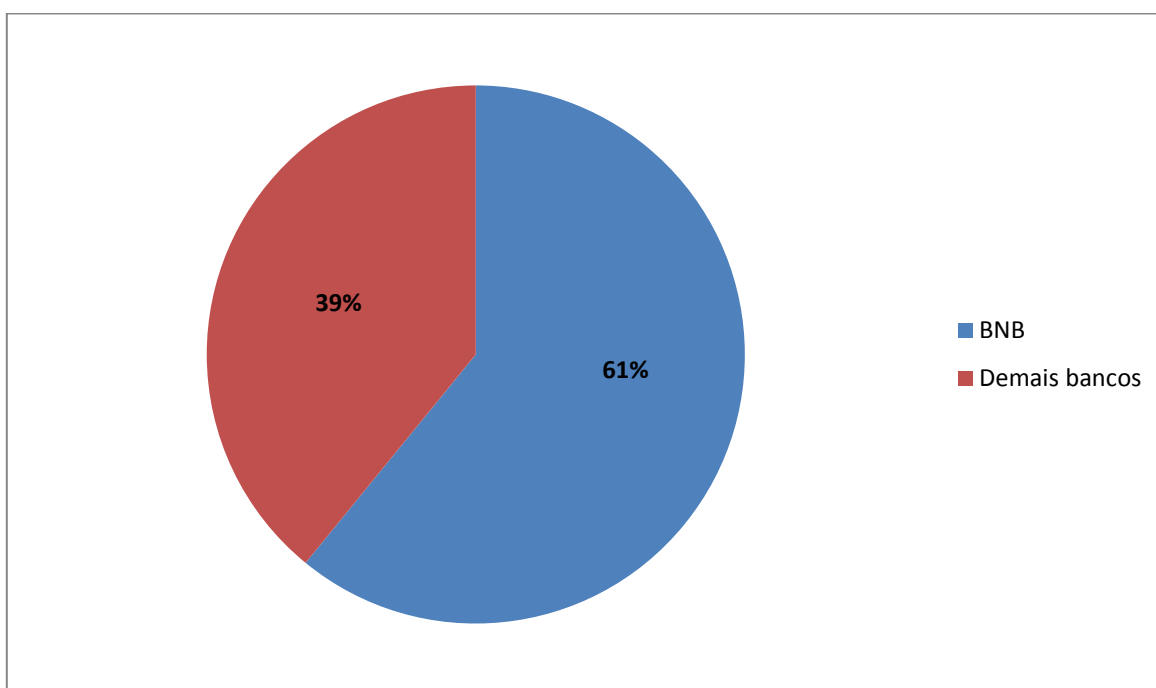
Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

Gráfico 5 – Participação do BNB na rede bancária da região Nordeste, junho de 2018



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

Gráfico 6 – Participação do BNB nos créditos totais de LP da região Nordeste, junho de 2018

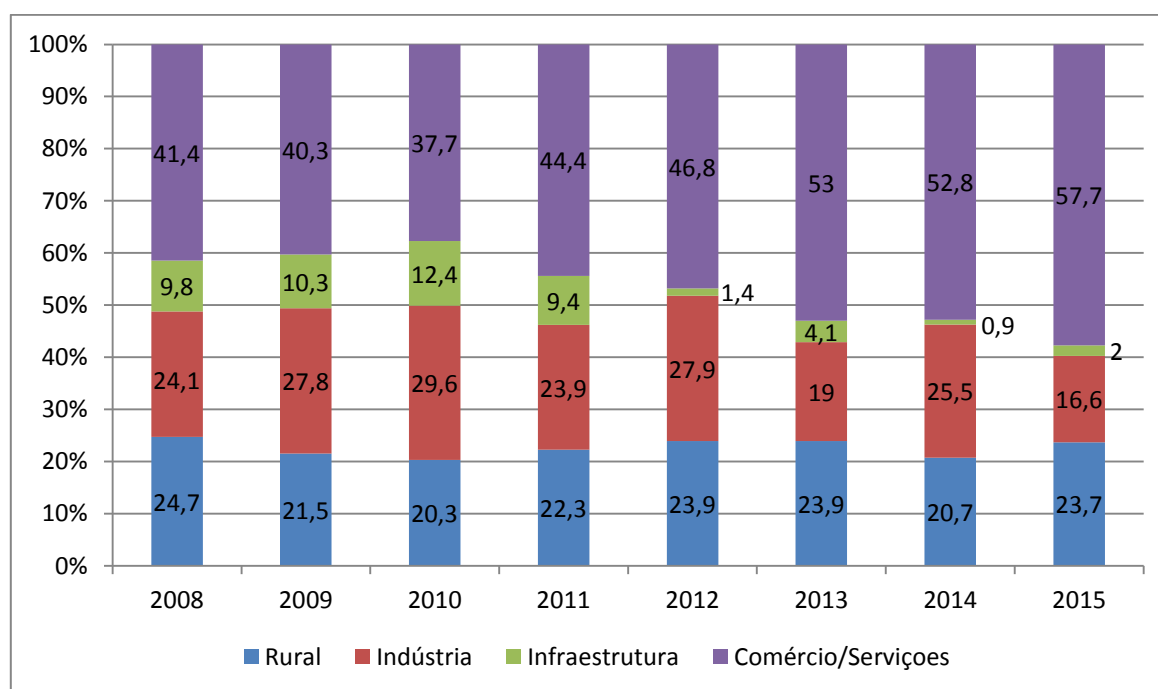


Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.2.4 DESEMBOLSOS POR SETOR

Se a análise for feita por desembolsos aos setores, percebe-se que os setores rural e industrial possuem historicamente participações semelhantes nos desembolsos do BNB. O setor de comércio e serviços é o mais favorecido com os empréstimos da instituição levando sozinho em 2015 mais de 57% de todo crédito que é fornecido pelo banco, ainda é possível perceber claramente que o setor de infraestrutura vem ao longo da década diminuindo sua participação saindo de quase 10% dos desembolsos em 2008, tendo atingindo menos de 1% em 2014 (gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB por setores 2008-2015



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.2.5 DESEMBOLSOS PARA AS MPE'S

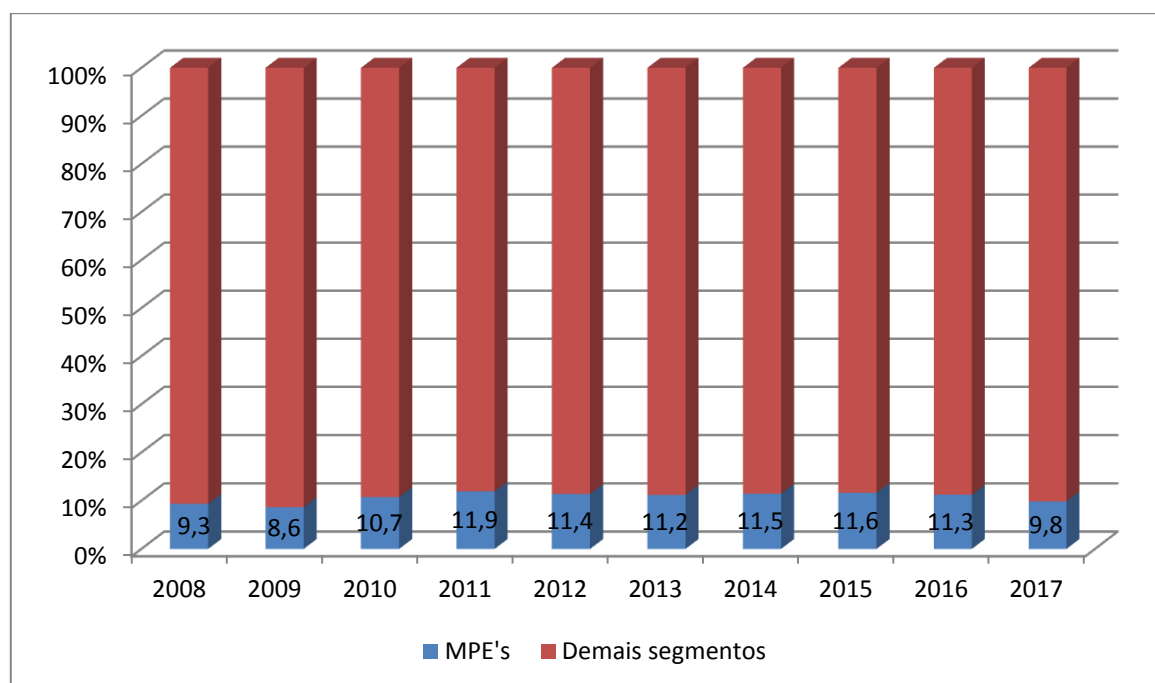
Como é função ideal de um BD suprir as demandas por crédito que por vezes tornam-se restritas, assim o BNB atua no seu papel, fornecendo crédito a setores, empresas e pessoas que enfrentam a tão conhecida restrição de crédito. Se a análise for feita por porte das empresas percebe-se apoio crescente dado pelo banco aos "pequenos" onde se destaca os programas de microcrédito urbano e rural, apoio à agricultura familiar e apoio às MPE's.

Maior parte dos recursos do BNB é ofertado às MPE's e aos pequenos e mini produtores rurais e pessoas físicas, sendo os mais necessitados de crédito por encontrarem maior restrição do setor privado. Os clientes de pequeno porte (aqui incluídos agroamigo, crediamigo, PRONAF e MPE's) apresentavam 60,2 % dos desembolsos totais do banco em 2014 e 69,0% em 2015.

Apesar do apoio dado pelo BNB aos “pequenos” de forma geral ter aumentado significativamente nos últimos anos, as MPE's em específico não experimentaram tal crescimento, nem uma mudança significativa na última década, pois apesar dos desembolsos para esse segmento terem crescido desde 2010 e tenham se situado acima dos 11% entre 2011 e 2016, sua participação percentual ainda em 2016 voltou a cair e em 2017 o percentual do banco destinado ao setor das MPE's é semelhante ao percentual observado em 2008 quando sua participação não atingiu nem 10% dos desembolsos da instituição conforme pode-se observar pelo gráfico 8

Em contrapartida percebe-se pelos relatórios da instituição que o segmento *corporate* que é constituído de empresas com faturamento anual superior a 200 milhões também recebem grandes desembolsos do BNB, mas que esta participação é decrescente, tendo apresentado em 2012 o valor de 11,1 bilhões de reais enquanto que em 2016 este valor foi de 2,59 bilhões de reais. O que demonstra que a preocupação maior do banco está nos “pequenos”.

Gráfico 8 – Evolução Percentual dos desembolsos para as MPE's 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.2.6 MICROCRÉDITO URBANO: CREDIAMIGO

O crediamigo se destaca como sendo o maior programa de microcrédito orientado da América Latina. Iniciado em 1998 foi o pioneiro entre os bancos públicos brasileiros, o programa possui históricos baixos níveis de inadimplência, o que demonstra a qualidade da carteira, que mesmo com crescimentos constantes no volume dos desembolsos, continua a ter excelente níveis de adimplência o que refuta a ideia de que oferecer muito crédito atrai necessariamente maus pagadores.

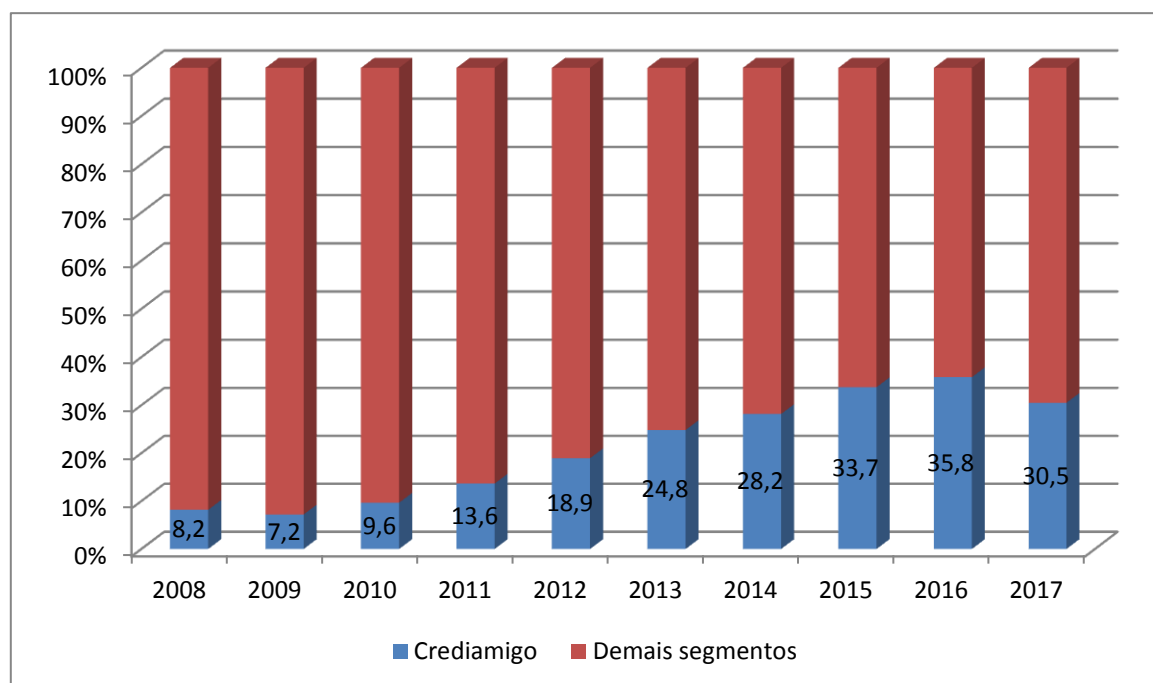
Além disso o programa de microcrédito atua como banco de desenvolvimento promovendo a inclusão financeira, através da abertura de contas e oferecimento de cartão de crédito aos seus beneficiários.

Internacionalmente reconhecido, o crediamigo já recebeu diversos prêmios internacionais pela inclusão financeira que promove, reafirmando com isso o seu papel no desenvolvimento da região. Segundo pode-se extrair do relatório dos programas de

microfinanças do BNB (2017), mais de 2/3 dos clientes do programa são mulheres e que cerca de 51% possuem renda familiar inferior a R\$ 1.000,00 o que mostra a importância do crediamigo par atender as famílias de mais baixa renda. É possível concluir também pelo relatório de 2017 que cerca de 81% das operações de curto prazo do banco são desempenhadas pelo crediamigo.

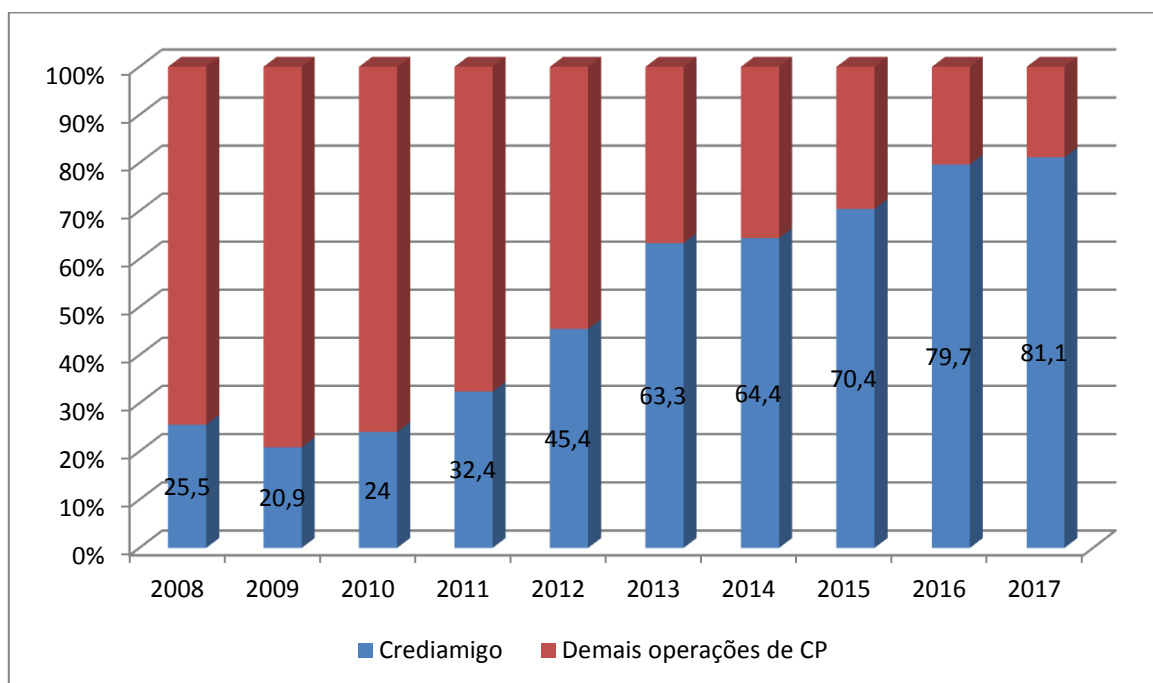
Pelo Gráfico 9 é possível visualizar que o peso do crediamigo no total do banco vem crescendo de forma constante, tendo saído de pouco mais de 8% em 2008, para mais de 30% em 2017, e que portando o crediamigo sozinho representa quase 1/3 de tudo que ofertado pelo BNB.

Gráfico 9 – Evolução percentual do crediamigo nas operações totais do BNB 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

Gráfico 10 – Evolução Percentual do peso do crediamigo nas operações totais de curto prazo do BNB 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.2.7 MICROCRÉDITO RURAL: AGROAMIGO

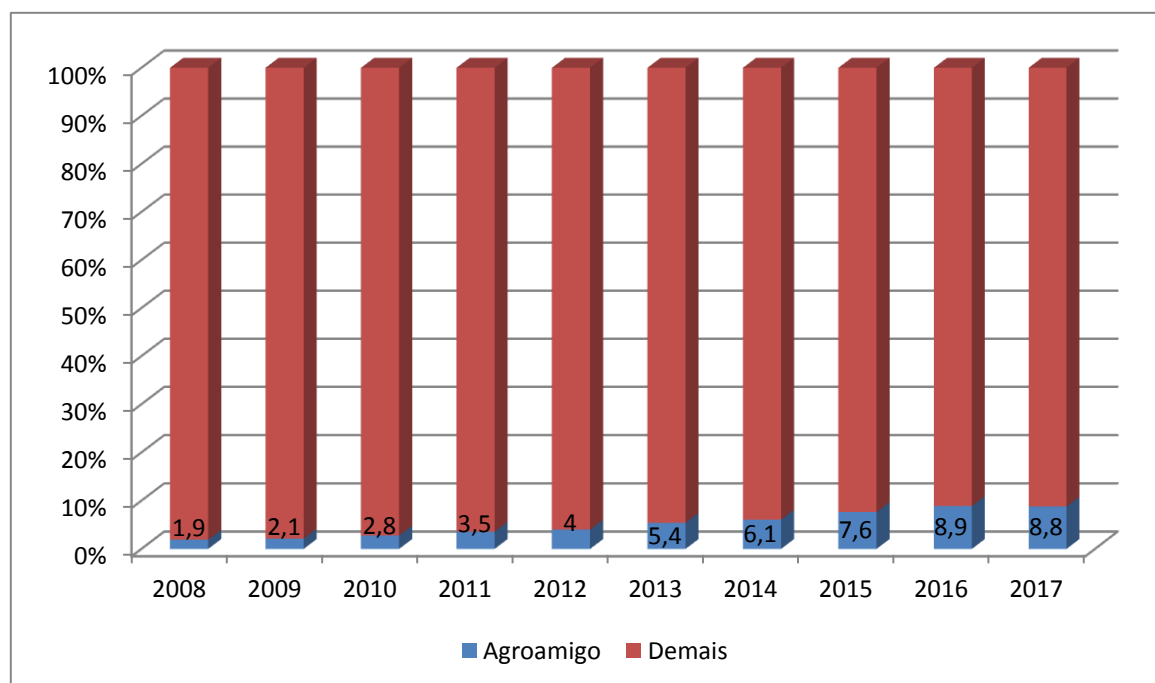
Surgido em 2005, o agroamigo se apresenta como uma ampliação do então bem sucedido programa de microcrédito urbano do banco (crediamido), buscando promover a inclusão financeira aos pequenos empreendedores da zona rural. Da mesma maneira que age o crediamigo, o programa de microcrédito rural promoveu a abertura de milhares de contas aos seus clientes, assegurando conta corrente, poupança e cartão de débito aos agricultores familiares.

Por esse papel, e graças a implementação do programa Agroamigo Móvel, que deu mais agilidade ao processo de liberação do crédito, o Agroamigo recebeu o Prêmio Agrobanco, concedido pela Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). O Agroamigo conquistou também o primeiro lugar na categoria

“Excelência – Melhor em Produtos e Serviços para Inclusão Financeira” em um dos prêmios mais conceituados do país.

Pelo Gráfico 11 é possível enxergar que em 2008 o total destinado pelo BNB a esse programa era menos de 2% e que em 2017 esse percentual se aproximou de 9%, o que demonstra uma grande ampliação desse programa. Esse programa ainda possuía uma importância adicional em promover as desigualdades existentes dentro da própria região Nordeste, pois pelo relatório do programa de 2017, percebe-se que cerca de 69% dos clientes do agroamigo estão distribuídos na região mais carente, o semiárido.

Gráfico 11 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB para o agroamigo 2008-2017



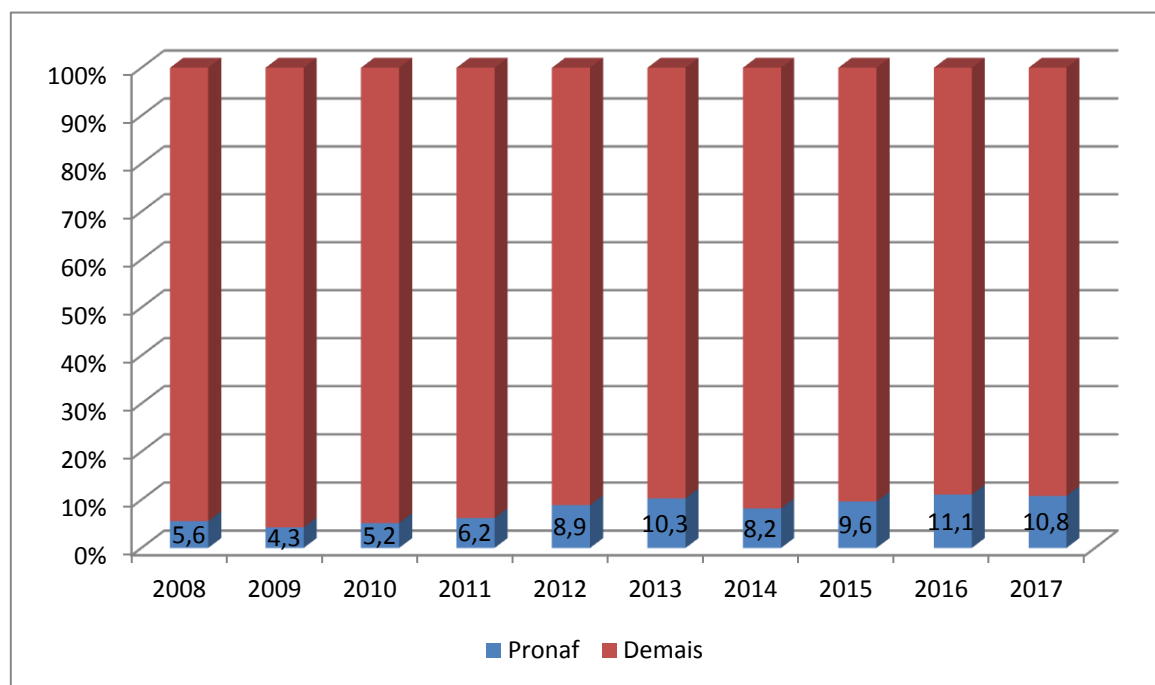
Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.2.8 AGRICULTURA FAMILIAR: PRONAF

O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) foi instituído em 1995 visando atender aos pequenos agricultores, e tem no banco do nordeste seu maior agente e principal operador na região Nordeste. Segundo pode-se extrair do site do Banco Central do Brasil (BCB), acessado em 09 de setembro de 2018, o PRONAF beneficia produtores e agricultores que comprovem seu enquadramento no programa, mediante a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida por agentes credenciados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead).

Os créditos do programa destinam-se a: custeio e investimento e podem ser concedidos de forma individual ou coletiva, sendo exigidas garantias para obtenção do financiamento que possuem taxas de juros efetivas que não excedem 5,5% a.a. em ambos os casos (custeio e investimento) e que devem ser reembolsados em no máximo 3 anos (custeio) e até 10 anos (investimento).

Gráfico 12 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB destinados ao PRONAF 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição.

4.3 GOVERNANÇA, GESTÃO E DESEMPENHO DO BANCO

Apesar de lucro não ser o principal objetivo de um banco de desenvolvimento é necessário que a atuação desses bancos, possuam sustentabilidade financeira para que estes possam dar continuidade ao mandato para o qual foram criados. Nesse sentido, o BNB vem historicamente apresentando resultados econômicos favoráveis, apresentando sucessivos lucros líquidos conforme pode-se extrair dos relatórios anuais da instituição e estes lucros se devem às constantes melhorias na eficiência operacional através da gestão de despesas.

Além disso o banco cumpre e mantém os indicadores de alocação de capital acima dos estipulados pela resolução nº 3490 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determina uma relação mínima entre o patrimônio líquido de referência e o total de riscos assumidos em suas operações ativas. Além da rentabilidade sobre patrimônio líquido e de constantes crescimentos em recuperação de crédito de operações consideradas inadimplentes, possui também excelentes níveis de rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

Esses bons desempenhos econômico-financeiros se devem pelo controle interno, gestão de riscos do banco e de mudanças na concessão de crédito que foi realizada pelo banco a partir de 2012, assemelhando-se a modelos internacionais de boas práticas. Por este constante comprometimento da instituição em operação em operar de maneira o mais eficiente possível, recebeu e continua a receber diversos prêmios, como o prêmio mérito Brasil de governança e gestão públicas. Além disso em 2010, a Moody's atribuiu pela primeira vez grau de investimento em escala global ao BNB, grau este que vem sendo reafirmados nos anos seguintes, tudo isto com ampliação da carteira de crédito e números de clientes. De acordo com o Banco Central, o Banco do Nordeste é a empresa com menor número de reclamações entre os bancos com mais de 4 milhões de clientes.

5 POSIÇÃO DA PARAÍBA NA ATUAÇÃO DO BNB

A posição da Paraíba na economia nacional e regional nos anos entre 1995 e 2015 conforme pode-se constatar pelos trabalhos do BNB (2013) e pelo sistema de contas regionais do IBGE 2010-2015 não se alterou muito, jamais tendo o estado representado mais de 1% do PIB nacional ou 6,6% do PIB da região nordeste, quando se trata do peso da população da Paraíba para a população nacional observa-se que sua importância dobra, representando quase 2% da população do Brasil e 7% da população da região nordeste em 2014.

Quando passa-se a analisar o crescimento real acumulado entre 1995-2010 a Paraíba ocupa o 4º lugar na região Nordeste com um crescimento real de 70%, acima da taxa de crescimento do país (57,5%) e da região nordeste (64,4%), isso dá uma taxa média geométrica para a Paraíba de 3,6%, acima do país (3,1%) e do nordeste (3,4%), se o recorte for feito para o mais recente período de 2010-2014 percebe-se que o estado cresceu 19,7% nesses quatro anos, crescimento este que foi mais uma vez superior ao crescimento observado no Brasil (9,7%) e o da região nordeste (13,6%) tendo o estado apresentado em 2014 um PIB de R\$ 52.936.483,00.

No que diz respeito ao PIB per capita, entre 1995 e 2010 a Paraíba apresentou um crescimento real de 51,3%, percentual este maior do que o crescimento do Brasil (31,2%), da região nordeste (40,5%) e de todas as outras regiões do país, apesar deste crescimento o PIB per capita paraibano representava em 2010 apenas 42,9% da média brasileira, valor ainda muito baixo e inferior ao percentual nordestino que foi em 2010 de 48,4% do PIB per capita do país. Se o período a ser analisado for 2010-2014 percebe-se que o nordeste continuou a melhorar sua participação em relação ao PIB per capita nacional tendo apresentado entre 2010 e 2014 um crescimento real de 7,3%, mais que o dobro do crescimento observado no país que foi de 3,2% tendo atingido em 2014 o valor médio de 14.329,13 ou pouco mais de 50% da média nacional que ficou em R\$ 28.500,24 e que a Paraíba acompanhou este crescimento da região, tendo representando em 2014 o valor de R\$ 13.422,42 ou 47% dos R\$ 28.500,24 que foi o PIB per capita do Brasil naquele ano. Apesar das taxas de crescimento da região Nordeste e do estado da Paraíba desde 1995 terem se mostrado superiores as taxas de crescimento do país, estes níveis de crescimento

acima da média, ainda não foram suficientes para equiparar a economia paraibana ao nível da nordestina e muito menos a média do país da qual representa menos da metade da renda per capita.

No que tange a distribuição dos setores no valor adicionado bruto (VAB) do PIB nordestino percebe-se evidente queda na importância da agropecuária que representava 10,7% da composição do PIB da região em 1995 e que em 2010 esse peso se resumiu a 6,6%, queda esta, que também diminui o peso da agropecuária nordestina na economia nacional que sai de 22,9% do VAB agropecuário brasileiro em 1995 para 17,1% em 2010, é possível observar que a Paraíba acompanhou a queda na importância da agropecuária tanto na economia da região da qual sai de 7,8% em 1995 para 4,1% em 2010, quanto na economia nacional saindo de 1,8% do VAB agropecuário nacional em 1995 para 0,7% em 2010 e que essa diminuição de importância vai na contramão dos setores industrial e de serviços que aumentaram sua participação tanto no PIB da região quanto no peso na economia nacional .

No que diz respeito a importância do VAB industrial para a economia do Nordeste, observa-se que o VAB industrial sai de 10% de peso em 1995 para 12% em 2010. Já o peso da Paraíba no valor adicionado bruto (VAB) da indústria do Brasil e do Nordeste não tem se alterado muito, saindo de 0,5% em 1995 para 0,7% em 2010 do VAB industrial nacional e de 5,1% para 5,9% em relação à região nordeste. É preciso perceber que em 2010 o VAB industrial da Paraíba teve crescimento real de 20,2%, representando o maior crescimento da região nordeste e o 3º maior crescimento do país, mas que ao analisarmos o acumulado entre 1995 e 2010 o crescimento foi de 138%, sendo superior a taxa do Brasil e da região nordeste, sendo porém inferior ao percentual apresentado pelo Maranhão e pelo Piauí.

No que tange ao peso do VAB do setor de serviços nordestino para a economia nacional, percebe-se trajetória ascendente, saindo 12,4% em 1995 para 14,3% em 2010 de peso deste setor na economia do país com crescimento real acumulado de 63,4%. A Paraíba acompanhou este crescimento saindo de 0,8 para 1% no peso do VAB de serviços paraibano no PIB nacional e de 6,2 para 6,8% de peso deste setor para a economia do Nordeste, com crescimento real de 54,8%, a Paraíba apresentou percentual inferior ao

crescimento do Nordeste (63,4%) e menor também do que o crescimento do Brasil (60,3%).

A economia paraibana por ser assim como a nordestina uma economia periférica precisa muito do Estado, pois conforme aponta Anjos (2017) no ano de 2015, o estado da Paraíba ainda apresentava cerca de 17% da sua população não alfabetizada, e que possui um percentual de moradias atendida por rede coletora de esgotos de 40,5% que apesar de ser superior a taxa média da região nordeste (32,1%) ainda estar muito aquém da média nacional.

Tabela 1 – Peso do Nordeste no PIB nacional e da Paraíba no PIB nacional e do Nordeste, 1995-2015

Anos	Nordeste/PIB Brasil	Paraíba/PIB Brasil	Paraíba/PIB Nordeste
1995	12	0,7	6,1
1996	12,5	0,8	6,1
1997	12,5	0,8	6,2
1998	12,4	0,8	6,3
1999	12,4	0,8	6,3
2000	12,4	0,8	6,4
2001	12,6	0,8	6,6
2002	13	0,8	6,5
2003	12,8	0,8	6,5
2004	12,7	0,8	6,1
2005	13,1	0,8	6,0
2006	13,1	0,8	6,4
2007	13,1	0,8	6,4
2008	13,1	0,8	6,5
2009	13,5	0,9	6,6
2010	13,5	0,9	6,3
2011	13,3	0,8	6,4
2012	13,6	0,9	6,5
2013	13,6	0,9	6,4
2014	13,9	0,9	6,6
2015	14,2	0,9	6,6

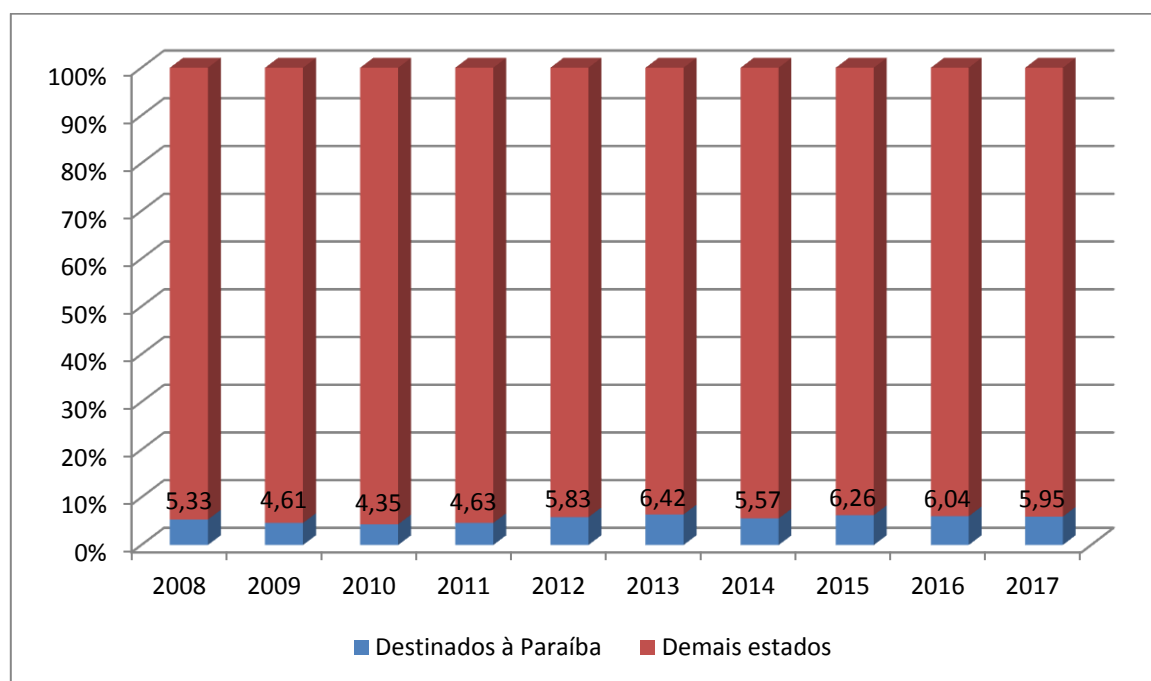
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das contas regionais do IBGE

5.1 DESEMBOLSOS DO BNB DESTINADOS À PARAÍBA

Ao analisar-se a série histórica dos desembolsos do BNB destinados à Paraíba, percebe-se que os recursos destinados ao estado são sempre inferiores ao peso que este representa para a economia nordestina (gráfico 13) e que desta maneira o banco não promove o combate à desigualdade que existe dentro da própria região Nordeste, destinando muito dos seus recursos aos três estados mais ricos da região (Bahia, Pernambuco e Ceará).

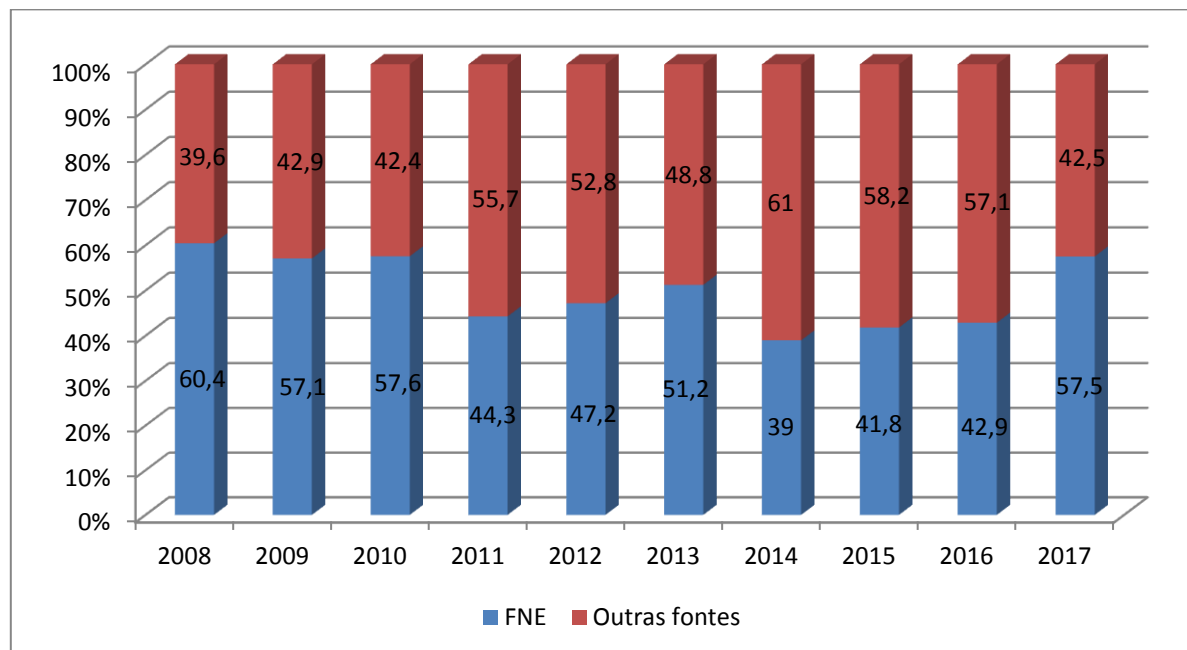
Além disso, é possível enxergar pelo gráfico 14 que da mesma maneira que ocorre com a composição das fontes de recursos do BNB na região Nordeste, na Paraíba a principal fonte de recursos do banco para fazer frente aos seus desembolsos também são oriundos do FNE, tendo apresentado em 2017 57,5% do total dos recursos do banco.

Gráfico 13 – Evolução percentual dos desembolsos do BNB para a Paraíba 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

Gráfico 14 – Composição percentual das fontes de recursos do BNB na Paraíba 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

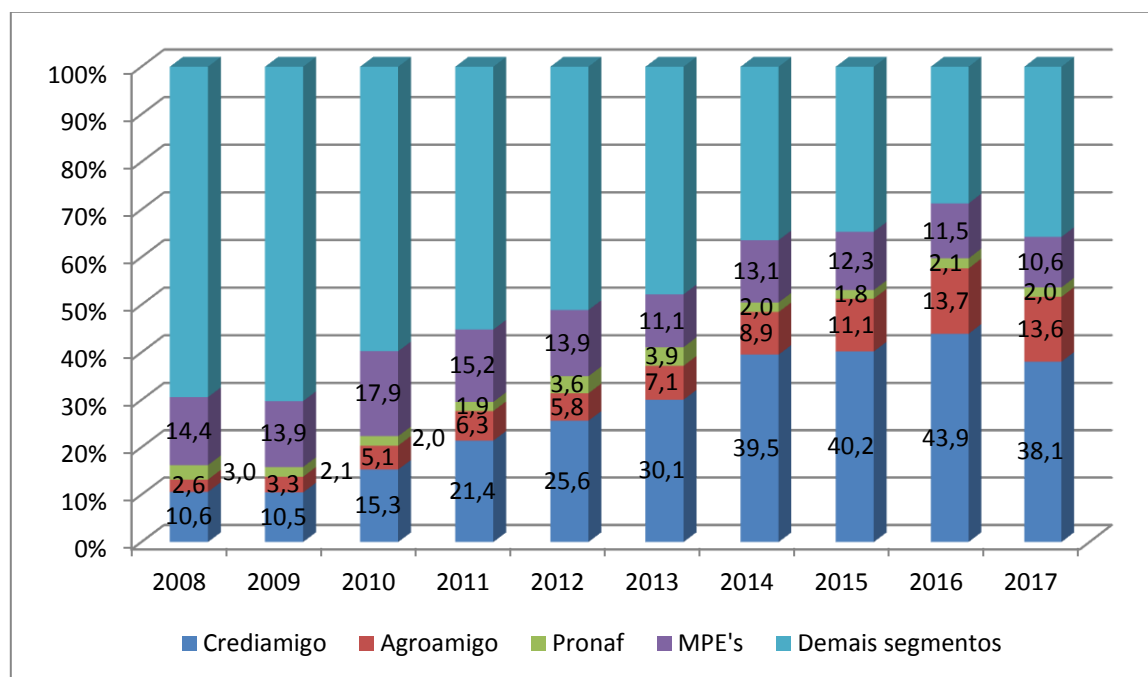
5.2 DISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS RECURSOS DESTINADOS À PARAÍBA POR SEGMENTOS

Esta seção tratará da alocação interna dos recursos recebidos pelo estado da Paraíba. Desta forma, percebe-se claramente pelo Gráfico 15 que ao se analisar a distribuição dos recursos na Paraíba, observa-se que os programas de microcrédito urbano e rural passaram a ser a prioridade do banco, pois ao analisar-se a série histórica da última década, se constata que, o percentual destinado ao crediamigo na Paraíba, saiu de pouco mais de 10% em 2008 para mais de 38% do total em 2017 o que representa um crescimento de 259% e que o agroamigo teve performance ainda mais positiva, com um crescimento de mais de 422% saindo de pouco menos de 3% do total em 2008 para quase 14% em 2017, e que portanto, apenas os dois programas de microcrédito do banco do Nordeste na Paraíba representavam em 2017 mais de 51% de todo o crédito ofertado no estado.

Passando a análise para os outros dois segmentos analisados por esse trabalho (PRONAF e MPE's) constata-se que, houve queda na participação destes dois segmentos no percentual dos desembolsos da instituição no estado da Paraíba, se em 2008 o PRONAF

representava pouco mais de 3%, em 2017 esse percentual não atingiu nem 2%. O mesmo pode se observar no percentual destinados às MPE's na Paraíba, quando em 2008 representavam mais de 14% do total e em 2017 este montante alcançou pouco mais de 10% do total de recursos alocados na Paraíba.

Gráfico 15 – Distribuição percentual dos desembolsos por segmentos na Paraíba 2008-2017

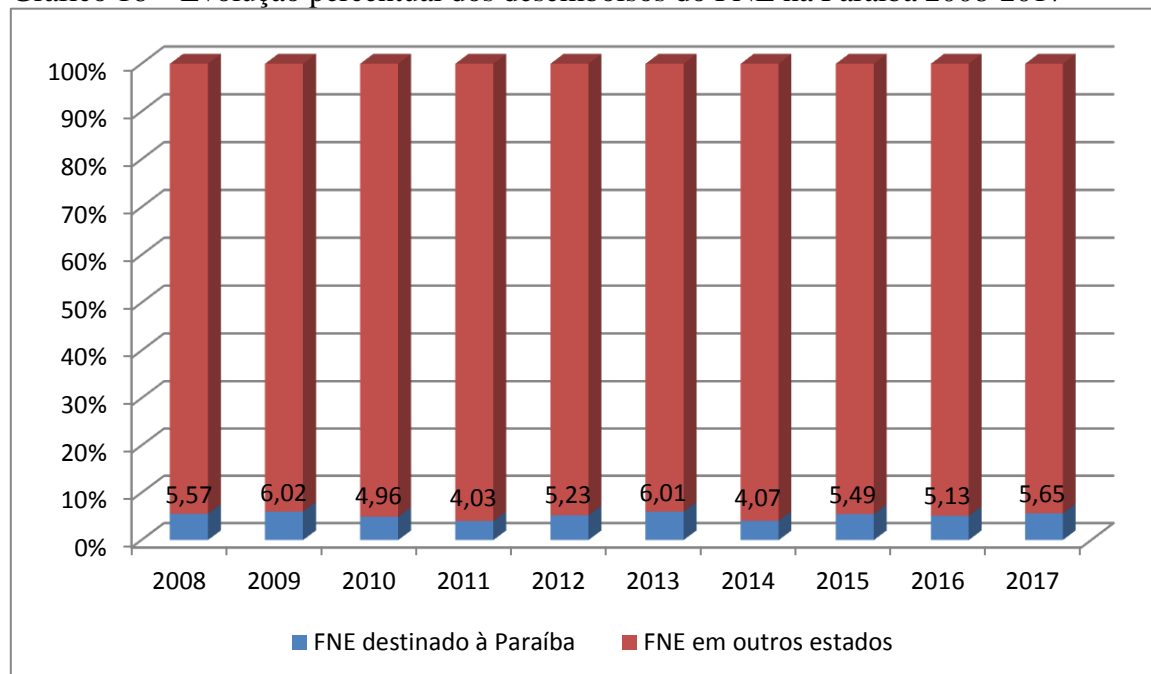


Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

5.3 RECURSOS DO FNE DESTINADOS À PARAÍBA

As regras que definem o percentual de aplicação e destinação dos recursos oriundos do FNE, estabelece um teto de 30% e um piso de 4,5% a serem destinados a cada estado da região. Pela análise histórica dos dados apresentados por este trabalho, percebe-se que, além dos desembolsos oriundos do FNE entre 2008 e 2017 jamais terem sido superiores ao peso do estado da Paraíba para o Nordeste. Em alguns anos específicos, o que fora destinado ao estado foi inferior ao piso de 4,5% definido, como em 2011 que foram destinados cerca de 447 milhões de reais o que representa 4,03% do total de recursos do FNE que naquele ano fora de pouco mais de 11 bilhões e em 2014 onde foram destinados 4,07% ou 549,6 milhões.

Gráfico 16 – Evolução percentual dos desembolsos do FNE na Paraíba 2008-2017

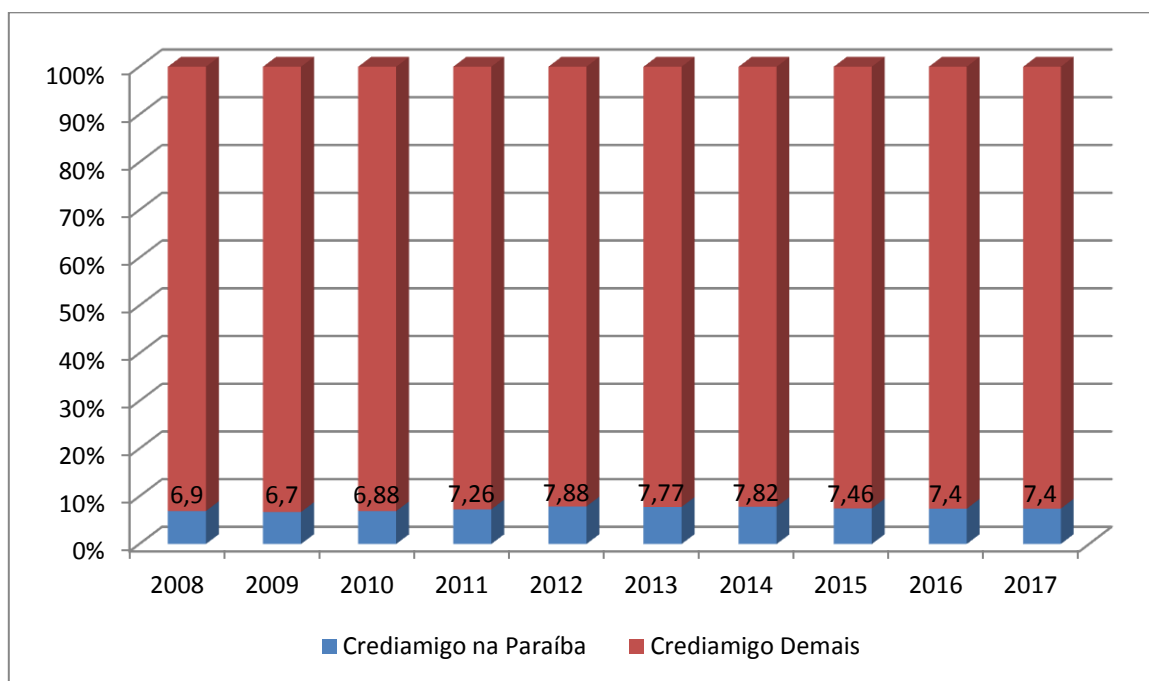


Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

5.4 O CREDIAMIGO NA PARAÍBA

Ao se analisar os desembolsos destinados ao crediamigo na Paraíba em relação ao total do programa para a região, percebe-se que é destinado ao estado mais do que este representa para a economia nordestina, tendo alcançado um percentual máximo de quase 7,9% em 2012 e que no último ano analisado este percentual ficou em 7,4%, conforme pode-se extrair do gráfico 17, é possível inferir que na última década a média dos desembolsos destinados ao crediamigo na Paraíba se situou em mais de 7% do total do programa do crediamigo.

Gráfico 17 – Evolução percentual do total do crediamigo destinado à Paraíba 2008-2017

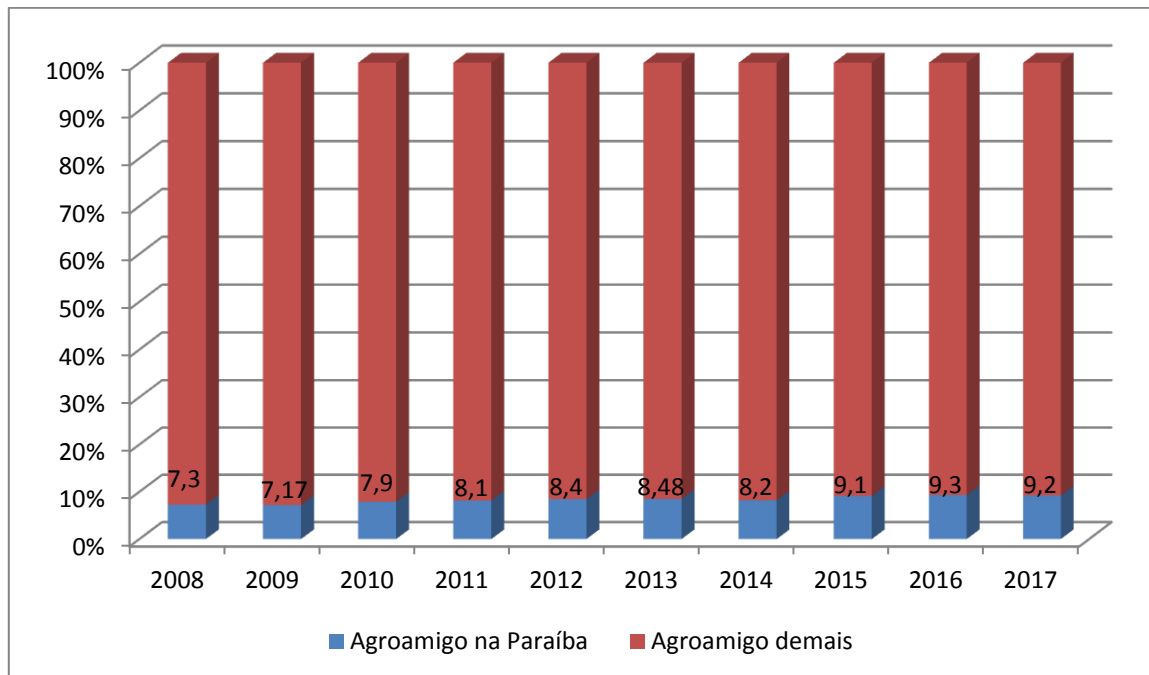


Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

5.5 O AGROAMIGO NA PARAÍBA

Quando se analisa o programa de microcrédito rural do banco do Nordeste, percebe-se que neste, a Paraíba possui um melhor resultado no percentual destinado ao estado. Nota-se pelo Gráfico 18 que em 2008 o percentual destinado ao agroamigo na Paraíba no total do programa, sai de 7,3% em 2008 para mais de 9,2% em 2017 ou 213,6 milhões de reais de um total de mais de 2,3 bilhões de reais do total destinado ao programa em 2017.

Gráfico 18 – Evolução percentual do total do agroamigo destinado à Paraíba 2008-2017



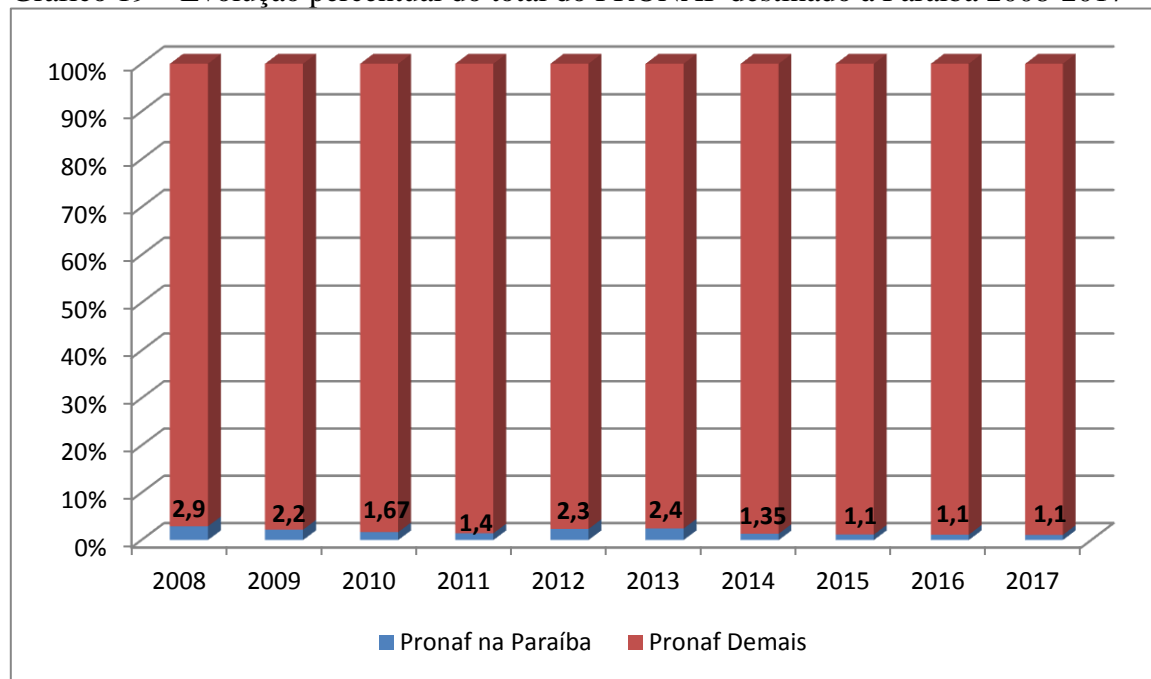
Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

5.6 INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA

O apoio dado pelo BNB à agricultura familiar no caso da Paraíba tem-se mostrado muito pequeno e ainda em trajetória descendente saindo de 2,9% do total do PRONAF em 2008, para pouco mais de 1% em 2017. Esta trajetória declinante está na contramão do movimento apresentado pelos números do PRONAF para o total da região, que é de constante crescimento, tendo saído de 739 milhões de reais em 2008 para um valor quase

quatro vezes maior de 2,85 bilhões de reais em 2017.

Gráfico 19 – Evolução percentual do total do PRONAF destinado à Paraíba 2008-2017

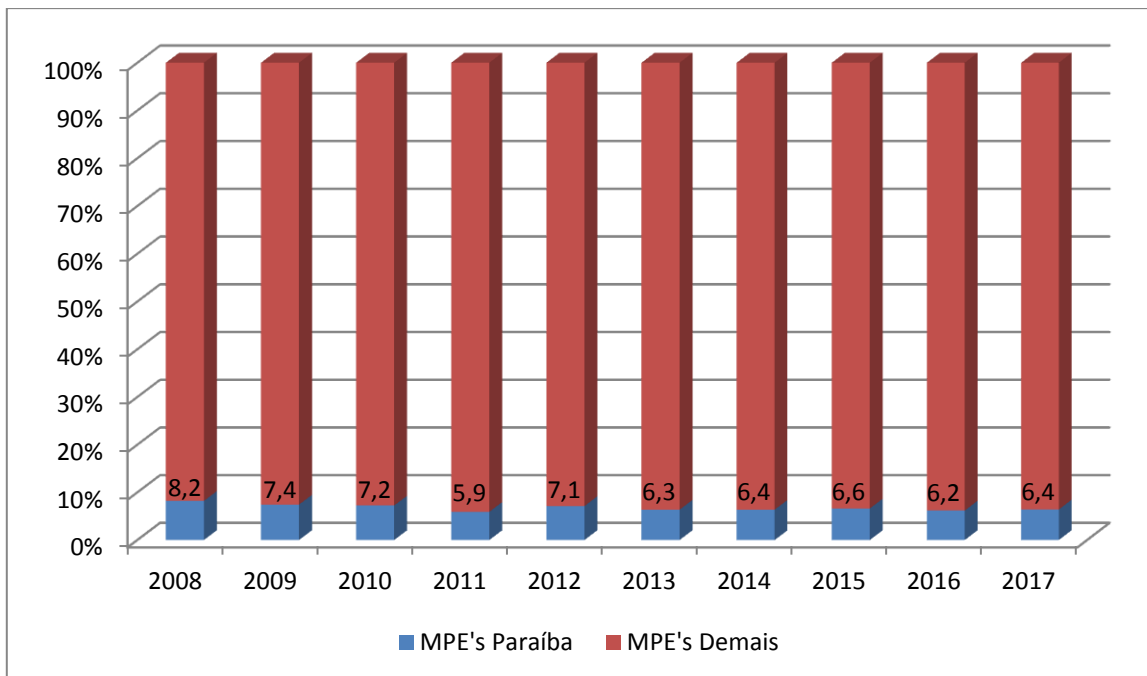


Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

5.7 DESEMBOLSOS ÀS MPE'S DA PARAÍBA

Ao se analisar o início e o fim da série histórica desse trabalho (2008-2017) no que diz respeito ao volume destinado às MPE's paraibanas do total destinado a este segmento na região, percebe-se uma involução nos recursos destinados à Paraíba saindo de 8,2% do total em 2008, para 6,4% em 2017, conforme pode-se ver pelo gráfico 20.

Gráfico 20 – Evolução percentual dos desembolsos as MPE's paraibanas no total destinado às MPE's 2008-2017



Fonte: Elaboração Própria, com dados do relatório da instituição, 2018.

5.8 IMPORTÂNCIA DO BNB NA ECONOMIA PARAIBANA

Segundo dados de agosto de 2018 o BNB possuía na Paraíba 20 agências de um total de 235 agências da rede bancária no estado o que representa 8,5% da rede bancária instalada no estado. Com uma representatividade tão pequena, o banco sozinho respondia à 78,5% de todo o crédito de longo prazo no estado, percentual este que é o maior percentual de concentração em todos os estados de atuação do BNB, e 71,9% de todo o crédito rural no estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância deste trabalho consiste em constatar que, bancos de desenvolvimento são instituições necessárias em economias subdesenvolvidas como também em economias já desenvolvidas. Para ratificar esta afirmação foram feitas por este trabalho uma pesquisa de exemplos internacionais para corroborar tal ideia.

Há de se considerar que os principais resultados, quando analisado o caso brasileiro, indicam que, a principal instituição de desenvolvimento nacional, contribuiu e contribui desde a sua fundação para promoção da indústria e infraestrutura do país. Quando concentra-se a análise do trabalho para a atuação do BNB na região Nordeste, percebe-se que este tem contribuído de forma relevante para a economia nordestina, mas que, diferentemente do observado na atuação do BNDES, foca seus desembolsos primordialmente ao setor de comércio e serviços e às pequenas e médias empresas e empreendedores individuais.

É possível perceber também, ao longo do trabalho, que, no que diz respeito à atuação do banco para com o Estado da Paraíba, percebe-se que os desembolsos são na sua maioria inferiores ao peso que este Estado possui na economia nordestina, não contribuindo com isso para que o Estado cresça acima da média da região. E que mais do que isso, observa-se com dados também, que os limites mínimos estabelecidos para alocação de recursos oriundos do FNE não foram cumpridos, sendo preciso portanto um maior investimento no Estado da Paraíba, para que este maior investimento leve a um maior crescimento.

É possível perceber através dos dados que ao longo da última década, o apoio dado pelo banco através de programas de microcrédito, foi o que mais cresceu percentualmente, tanto na região Nordeste, quanto no Estado da Paraíba, e que diferentemente do padrão de atuação observado na região, os desembolsos para a agricultura familiar, através do PRONAF, foram de constante queda no estado da Paraíba, indo em sentido contrário ao movimento apresentado pela região Nordeste como um todo.

Uma ideia de pesquisa futura que se coloca, é analisar de forma mais profunda a

economia do Estado da Paraíba, para perceber qual o setor é mais carente de financiamento e qual setor possui maior possibilidade de crescimento, e feita as constatações desta pesquisa, propor ações especiais como política de governo para promover, um crescimento e com isso um desenvolvimento da economia paraibana.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R.; PAIVA, S.; RODRIGUES, D. A. Instituições financeiras de desenvolvimento: revisitando lições das experiências internacionais. **Revista do BNDES**, v. 48, p. 7-51, 2017.
- AFONSO, J. R. Tudo junto e misturado. **Conjuntura Econômica**, FGV, jun. 2017.
- ALÉM, A. C.; FERRAZ, J. C.; MADEIRA, R. F. A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 40, dez. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2aAj0nM>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- ALÉM, A. C.; MADEIRA, R. F. As instituições financeiras públicas de desenvolvimento e o financiamento de longo prazo. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 43, jun. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2afeyWX>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- ALÉM, A. C.; MADEIRA, R. F.; MARTINI, R. A. Sistemas nacionais de fomento: experiências comparadas. **Prêmio ABDE/BID**, ed. 2015, coletânea de trabalhos, ABDE Editorial, p. 69-104. Disponível em: <<http://bit.ly/256cS8f>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- AMADO, A. Bancos privados e públicos regionais em uma perspectiva de desenvolvimento regional. In: JAYME JR., F. G., CROCCO, M. **Banco público e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.
- ANJOS, R. L. O desempenho da Paraíba no contexto da economia Nordeste (2002-2015). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA. João Pessoa: UFPB, 2017.
- ARAÚJO, V.L.; PIRES, M. J. S.; SILVA, M. F.; CASTRO, D. A. O Sistema Brasileiro de Instituições Financeiras Subnacionais para o Desenvolvimento: um Panorama. IPEA, **(texto para discussão 1626)**. Brasília, junho de 2011.
- BARBOZA, R. M.; FURTADO, M.; GABRIELLI, H. A atuação histórica do BNDES: o que os dados têm a nos dizer? Rio de Janeiro: BNDES, 2018. 27 p. **(Texto para discussão 123)**.
- BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home> >. Acesso em: 09 set. 2018.
- BDC – Business Development Bank of Canada. International Benchmark Study on Development Institutions. Montreal, agosto/2009.
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil. Aplicações na Paraíba. Agosto/2018.

_____. Relatório Anual, 2008. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2009. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2010. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2011. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2012. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2013. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2014. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2015. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2016. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2017. Disponível em:< <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis> >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. A região Nordeste nas contas regionais do Brasil 1995-2010. ETENE, 2013.

_____. Quadro macroeconômico Brasil e Nordeste 2000 a 2010. ETENE fev. 2012.

_____. Indicadores Socioeconômicos do Nordeste Análise Comparativa Regional 2011.

_____. Programas de microfinanças do banco do Nordeste, relatório 2017.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Livro verde: nossa história tal como ela é*. Rio de Janeiro, nov. 2017.

_____. **Notas para a imprensa**. Rio de Janeiro, jun. 2018.

_____. Relatório Anual, 2016. Disponível em:
<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/relatorio->

anual/relatorio-anual-2016 >. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. Relatório Anual, 2017. Disponível em:

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/relatorio-anual>>. Acesso em: 09 set. 2018.

CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B. O Nordeste na encruzilhada do desenvolvimento: a necessidade de constituição de um sistema regional de inovação. In: Aristides Monteiro Neto; Cesar Nunes de Castro; Carlos Antônio Brandão. (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas**. 1ed. Brasília: IPEA, 2017, v. 1, p. 1-475.

CDB – China Development Bank. Disponível em: <<http://www.cdb.com.cn/English/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

DBJ - Development Bank of Japan. Disponível em: <<https://www.dbj.jp/en/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

DEG - Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft. Disponível em: <<https://www.deginvest.de/International-financing/DEG/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, v. 1, 1, dez. P. 12-19. 1981.

HERMANN, J. Bancos Públicos em Sistemas Financeiros Maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 31, p. 397-414, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil: 2010-2014**. Coordenação de contas nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em out.2018.

_____. _____. Contas regionais do Brasil 2010-2014.

JBIC – Japan Bank for International Cooperation. Disponível em: <www.jbic.go.jp/en>. Acesso em: 09 set. 2018.

JFC - Japan Finance Corporation. Disponível em: <<https://www.jfc.go.jp/n/english/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

JICA - Japan International Cooperation Agency. Disponível em: <www.jica.go.jp/English>. Acesso em: 09 set. 2018.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva; Tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador; tradução dos prefácios de Paulo Almeida. 2. ed. – São Paulo: Nova

Cultural, 1985.

KEYNES, J. M. **A treatise on money**. Vol. 1 e 2, 1930. Reproduzidos em KEYNES, J.M. The collected writings of J.M. Keynes, Edited by D. Moggridge. London, Macmillan, vol. 7, 1973.

KFW – Kreditanstalt Für Wiederaufbau. Disponível em: < <https://www.kfw.de/kfw.de-2.html> >. Acesso em: 09 set. 2018.

KFW IPEX-Bank - Internationale Projekt und Exportfinanzierung. Disponível em: <<https://www.kfw-ipex-bank.de/International-financing/KfW-IPEX-Bank/>>. Acesso em: 09 set. 2018.

LASTRES, Helena M.; LEMOS, Cristina Ribeiro; GARCEZ, C. M. D.; Barbosa, Eduardo Kaplan. APLs e a experiência do BNDES. In: Marcelo G. Pessoa de Matos, Elaine Borin, José E. Cassiolato. (Org.). **Uma Década de Evolução dos Arranjos Produtivos Locais**. 1ed.Rio de Janeiro: E-papers, 2015, v. 1, p. 65-82.

MARTINI, R. A. Financiamento do investimento e o papel dos bancos de desenvolvimento na perspectiva pós-keynesiana: uma resenha bibliográfica. **Revista do BNDES**, n. 41, p. 389-330, 2014.

MINSKY, H. **Estabilizando uma economia instável** do original Stabilizing an Unstable Economy. McGraw-Hill, 2008.

MONTEIRO NETO, A. Federalismo e Distribuição Intergovernamental de Recursos no Brasil: um mapa do padrão de atuação federal no território no período recente (2000-2015) - região Nordeste perspectiva. In: Aristides Monteiro Neto; Cesar Nunes Castro; Carlos Antônio Brandão. (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. 1ed.Rio de Janeiro: IPEA, 2017, v. 1, p. 197-219.

SANTOS, G. A. G.; DIINZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **REVISTA DO BNDES**, v. 11, p. 151-174, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd.. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Introdução de Rubens Vaz da Costa. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

